Campinas, dezembro de 1988 Ano III Nº 26

"Século XXI" debate a cultura

Durante uma semana, a cultura e a representação simbólica da sociedade foram tema de debate, na Unicamp, de intelectuais como Carlos Vogt e Antonio Candido.
Páginas 4 a 8

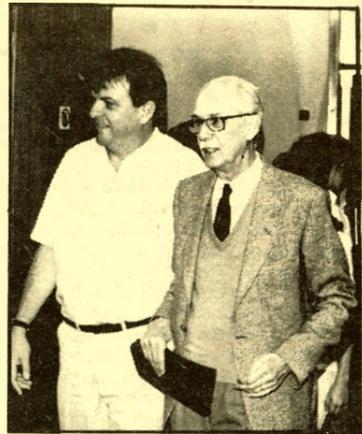



Foto: Antoninho Perri

A lição que vem do voto

O país guinou à esquerda? Que espécie de mensagem as urnas mandaram ao governo, aos políticos e à chamada Nova República? O "Jornal da Unicamp" debate o assunto com Plínio Dentzien, professor de ciências políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e especialista em eleições. **Página 9**

Oxford aguarda Villalobos

O professor André Villalobos será o primeiro a ocupar a cátedra da Unicamp na universidade inglesa de Oxford.
Página 10

A volta de Chico Buarque

Chico volta a cantar para o público universitário e admite ligações especiais com a Unicamp.
Última página

Autonomia: oportunidade e riscos

O reitor Paulo Renato deflagra a discussão sobre o projeto de autonomia universitária sugerida pelo Governo do Estado. **Página 2**

Medicina é o curso preferido

A relação candidato/vaga do vestibular-89 mostra que as ciências biológicas têm a preferência entre os inscritos na Unicamp. ***Página 10***

Abrindo o debate sobre a autonomia

Paulo Renato Souza

A criação da comissão especial que deverá apresentar propostas ao governo estadual sobre a plena vigência, no Estado de São Paulo, do preceito constitucional que garante a autonomia universitária, abre as portas para uma profunda reflexão sobre o sistema universitário paulista. É necessário lembrar que estamos tratando do verdadeiro coração da Universidade brasileira, que apresenta notáveis diferenças de qualidade e desempenho em relação ao conjunto do sistema nacional, mas que nem por isso deixa de revelar problemas se a compararmos com as boas universidades a nível internacional. A sociedade pode e deve exigir que os recursos colocados à disposição das universidades paulistas sejam melhor aproveitados e que especialmente a USP e a Unicamp procurem destacar-se como boas universidades no concerto mundial. Isto seria o mínimo para um país que pretende desenvolver-se econômica, científica e socialmente, realizando finalmente seu enorme potencial. Essas universidades poderiam, assim, cumprir ainda melhor seu papel de líderes do sistema universitário brasileiro, contribuindo para o aperfeiçoamento do conjunto tanto no que diz respeito à pesquisa quanto à formação de professores através da pós-graduação. Trata-se, portanto, de procurar aprofundar as atuais tendências que distinguem as duas universidades das demais do país e de corrigir falhas e desperdícios que obviamente existem.

A posição de destaque que as três universidades paulistas assumem no cenário brasileiro deve-se, no meu modo de ver, a dois fatores básicos: recursos e relativa autonomia em relação à interferência externa. Desde 1934 os governos estaduais vêm de um modo geral investindo no sistema universitário, o que lhe permitiu, até recentemente, pagar salários relativamente elevados no cenário brasileiro, atraindo e fixando um conjunto de professores de alta competência, além de proporcionar os recursos básicos para custeio e investimento.

Do ponto de vista da autonomia, salvo talvez o complicado momento vivido pela USP na segunda metade dos anos sessenta e pela Unicamp no início dos oitenta, é inegável que as Universidades paulistas sempre gozaram de maior liberdade em relação ao Estado do que suas congêneres estaduais ou federais. No instante em que se discute a ampliação desta autonomia, é preciso ter especial cuidado para manter-se o binômio recursos-autonomia de modo que este seja um momento de transformação e engrandecimento da Universidade, e não o contrário.

Creio que a autonomia que a Universidade paulista desfruta na área científico-acadêmica é plena. A autonomia institucional e administrativa é também bastante grande, exceto alguns aspectos importantes especialmente na área da política de pessoal docente. Estas limitações estão vinculadas ao terceiro aspecto da autonomia, o econômico-financeiro, onde realmente registra-se a maior possibilidade de avanço. Até o momento, a administração da Universidade deve discutir com o governo cada detalhe dos recursos que são direcionados para ela através do orçamento ou das suplementações de recursos que se fazem ao longo do ano. Talvez exagerando um pouco, possamos afirmar que tecnicamente a Universidade não possui um orçamento sobre o qual exista um poder de optar entre várias alternativas de aplicação de recursos. De fato, o que é chamado de orçamento da Universidade é uma simples peça contábil onde se registra ***a posteriori*** *o resultado de uma série de pequenas decisões que são negociadas individualmente pela administração universitária com o governo.*

TABELA 1

Universidades Estaduais Paulistas: participação na receita total do Estado[a] 1981-1987

Ano	USP	UNICAMP	UNESP
1981	2,85	0,95	1,18
1982	2,73	0,86	1,16
1983	2,82	1,04	1,29
1984	2,55	1,09	1,20
1985	2,71	1,30	1,18
1986	3,10	1,40	1,24
1987	4,28	1,88	1,57

Fonte: Balanço Geral do Estado.
a) Exceto operações de crédito.

Para que se entenda como se dá o processo, é oportuno citar alguns exemplos. Na questão salarial, a Universidade tem dado um gasto mensal que é a conseqüência histórica das contratações realizadas e dos salários fixados. Quando se negocia um reajuste salarial, o governo fixa os novos valores e suplementa o orçamento na proporção necessária ao novo pagamento. Ao final do ano, a verba que a Universidade gastou com pessoal é o produto justamente da evolução histórica e dos reajustes outorgados, nada tendo a ver, portanto, com a idéia de um orçamento previamente fixado. Na parte de custeio geral ocorre algo mais ou menos parecido com os gastos de luz, água, telefone etc.

No fundo, essa forma de proceder dilui responsabilidades e impede uma visão do conjunto dos recursos colocados à disposição da Universidade com antecedência à sua realização. Neste sentido, é quase impossível elaborar e implementar uma política orçamentária coerente que corresponda a um determinado planejamento. Cada ação é negociada individualmente e, pior, tende a se perpetuar e reproduzir ao longo dos anos. É claro que, teoricamente ao menos, seria possível rever alguns gastos onde a ineficiência é maior ou onde se revelam erros administrativos cometidos no passado. O fato, porém, de existir essa pulverização das decisões torna tudo menos transparente e dificulta enormemente a adoção de ações corretivas, especialmente quando se trata de eliminar privilégios ou dar fim a situações anacrônicas. Quando a Universidade precisa de dinheiro para um novo e importante projeto, é sempre mais fácil e mais cômodo buscar negociar com o governo recursos adicionais específicos do que procurar internamente remanejar recursos existentes. É óbvio que nada disso é absoluto. Poderia citar um grande número de exemplos onde foi possível fazer justamente o contrário, evitando-se desperdícios e poupando a sociedade do aporte de verbas adicionais. Apenas um pequeno exemplo: a arrecadação de recursos nos restaurantes universitários da Unicamp, em função das tarifas pagas por professores, estudantes e funcionários, cresceu nos últimos dois anos e meio de 8% para 50%. Não há dúvida, porém, de que a tendência geral induzida pelo processo de fixação do gasto do Estado é no sentido de minimizar os conflitos que certamente existiriam se a administração dos gastos da Universidade fosse unificada sob a responsabilidade da própria instituição.

TABELA 2

Universidade de São Paulo: participação no ICM total do Estado[a] 1981-1987

Ano	Pessoal e Reflexos	Outros Custeios	Sentenças, Desapropriações e Serviço da Divida	Despesas de Capital	Total
1981	2,80	0,41	0,14	0,08	3,43
1982	2,73	0,47	0,13	0,05	3,38
1983	2,65	0,46	0,07	0,10	3,28
1984	2,33	0,42	0,10	0,13	2,98
1985	2,64	0,38	0,03	0,25	3,30
1986	2,90	0,57	0,11	0,31	3,89
1987	4,55	0,63	0,04	0,48	5,70

Fonte: Balanço Geral do Estado 1981-87.
a) Inclui cota-parte das prefeituras

Assim sendo, parece-me que um maior grau de autonomia universitária na sua gestão econômico-financeira permitiria certamente a médio e a longo prazo aumentar a transparência da administração, eliminar desperdícios e ampliar a sua eficiência. Autonomia obviamente não pode e não deve significar isolamento, corporativismo ou irresponsabilidade perante a sociedade. Ao contrário, deveriam ser criados mecanismos especiais de prestação de contas, além dos atualmente existentes, como o Tribunal de Contas ou a Assembléia Legislativa. Defendo a idéia da criação de um Conselho Superior Interuniversitário, constituído exclusivamente por membros externos à Universidade, representantes da sociedade civil, que teriam, entre outras responsabilidades, a de examinar e aprovar as contas da instituição em função do cumprimento pleno de suas responsabilidades sociais. Este Conselho poderia, por exemplo, ser integrado pelos presidentes das associações científicas e profissionais, por representantes dos empresários, de trabalhadores, da imprensa etc., e funcionaria como representação da sociedade na Universidade. Creio mesmo que as atribuições que atualmente o governador tem na indicação das autoridades universitárias poderiam ser transferidas para esse Conselho. Teríamos assim um saudável equilíbrio entre a vontade interna e a externa à Universidade em suas decisões mais importantes.

A Universidade passaria a dispor de um determinado volume de recursos anualmente e teria seu orçamento definido pelos órgãos internos de deliberação. A fixação deste orçamento numa economia altamente inflacionária como a brasileira é, porém, extremamente problemática. Não é possível admitir a idéia de uma determinada dotação fixa em cruzados no orçamento inicial aprovado a cada ano pela Assembléia Legislativa. A experiência tem mostrado que esse orçamento nada tem a ver com a sua execução ao longo do ano, que depende de suplementações definidas pelo governo ou pela própria Assembléia. A indefinição que a alternativa de uma dotação fixa e não indexada geraria dentro da Universidade seria ainda mais perniciosa do que a situação atual, pois diluiria a responsabilidade do governo, lançaria sobre os ombros dos reitores todo o ônus da administração dos recursos e os colocaria na contingência de terem de mendigar suplementações ao longo do ano sem nenhum critério objetivamente fixado.

É oportuno, entretanto, verificar como tem evoluído o gasto da Universidade dentro do conjunto do gasto público estadual. As tabelas 1, 2 e 3 resumem esse ponto. Na tabela 1 observamos a participação das três universidades estaduais no total da receita do Estado, excetuando-se as operações de crédito. É significativo o aumento ocorrido na presente década, chegando o sistema universitário a representar no ano passado 7,8% do total da receita, proporção que sobe a 12,8% se o colocarmos no contexto do ICM líquido recolhido, ou seja, o ICM menos a cota-parte das prefeituras. As tabelas 2 e 3 mostram em que itens se deu principalmente o aumento do gasto na USP e na Unicamp nesse período, em relação, agora, ao ICM total arrecadado. Observamos a relevância do crescimento do gasto com pessoal em 1986 e 1987. Explicam esse comportamento a implantação das carreiras de funcionários, a valorização da carreira docente no período e algum crescimento de pessoal. No caso da Unicamp, e para citar um exemplo, tivemos a instalação do Hospital Universitário e do Hospital da Mulher justamente nesse período.

Pode-se observar, por outro lado, que na previsão de gastos para 1989, segundo o orçamento que está sendo examinado pela Assembléia Legislativa, cai a participação das universidades no total da receita geral do Estado, a julgar pelos dados da Unicamp mostrados na tabela 3. Esta queda é especialmente significativa no item "pessoal", enquanto nos demais itens mantém-se mais ou menos a mesma proporção de 1987 e 1988. Na verdade isto corresponde a uma técnica orçamentária que consiste em subestimar os gastos com pessoal no início do ano, pois todas as leis de reajustes definem também as novas suplementações necessárias. Assim sendo, o orçamento aprovado não é preocupante para as universidades se formos continuar na sistemática atual. De fato, ao discutirmos os novos reajustes salariais, teríamos automaticamente as novas suplementações orçamentárias definidas. Se, porém, passarmos ao exercício pleno da autonomia universitária, a participação no orçamento definida para 1989 é claramente insuficiente e inaceitável. Corresponderia a um engodo e provocaria uma crise destrutiva o sistema universitário paulista, servindo apenas para, aparentemente, eximir o governo de sua responsabilidade social.

Se quisermos partir seriamente para um regime de plena autonomia universitária, é indispensável garantir para a Universidade uma receita real que a torne independente dos humores e dos favores do governo. O ideal obviamente seria fixar um determinado orçamento e corrigi-lo monetariamente de acordo com a inflação, deixando os acréscimos reais futuros para serem negociados caso a caso. Esse procedimento provavelmente não seria aceito pelo governo, pois o orçamento do Estado não é corrigido necessariamente de acordo com a inflação, mas sim com a evolução dos impostos que arrecada. Na atual situação inflacionária, a única alternativa realista e viável, parece-me, é a definição de um índice de participação na receita do Estado. É preciso, por outro lado, garantir que essa participação seja adequada e não há outro remédio senão defini-la em níveis próximos aos de 1987 ou 1988. De fato esses percentuais são altos especialmente em relação ao ICM, que teve queda real nos dois últimos anos, mas ao mesmo tempo é impossível comprimir os gastos das universidades em termos reais a curto prazo.

TABELA 3

Unicamp: participação no ICM total do Estado (a) 1981-89

Ano	Pessoal e Reflexos	Outros Custeios	Sentenças, Desapropriações e Serviço da da Divida	Despesas de Capital	Total
1981	0,77	0,21	0,11	0,05	1,14
1982	0,74	0,18	0,06	0,06	1,04
1983	0,76	0,22	0,06	0,17	1,21
1984	0,86	0,22	0,10	0,09	1,27
1985	0,93	0,37	0,08	0,21	1,59
1986	1,06	0,41	0,06	0,23	1,76
1987	1,64	0,38	0,06	0,43	2,51
1988[b]	1,92	0,48	0,06	0,15	2,61
1989[c]	1,47	0,41	0,08	0,16	2,12

Fonte: Balanço Geral do Estado 1981-1987, orçamento de 1988 e 1989 e Créditos Suplementares em 1988
a) Inclui a cota-parte dos municípios
b) Projeção com base nos dados reais de arrecadação até outubro e de gasto até novembro
c) Orçamento que está sendo examinado pela Assembléia Legislativa.

Restaria ainda definir outros sérios problemas. Uma primeira questão é se esses percentuais deveriam ser fixos ao longo dos anos. Se a economia voltar a crescer, o Estado deveria continuar a dedicar quase 13% de sua receita líquida do ICM para as universidades, independentemente de outras prioridades? E a distribuição entre as universidades? Devemos simplesmente consolidar a situação atual? Não deveríamos considerar que elas se acham em estágios desiguais de seu processo de desenvolvimento e que têm funções e vocações diferenciadas? Estes são temas importantes a serem discutidos com serenidade. Certamente, se o processo de maior autonomia prosperar, caberá à Assembléia Legislativa pronunciar-se sobre esses pontos importantes. É preciso entretanto discutir alternativas viáveis e realistas no âmbito universitário para submetê-las à apreciação dos deputados. Talvez uma alternativa seja a fixação desses percentuais por um certo prazo, prevendo-se depois sua revisão, com base em novos estudos técnicos e na opinião do Conselho que acima propus.

A iniciativa do governador do Estado, ao propor os estudos para a plena vigência da autonomia universitária, é realmente importante e pode constituir-se num marco para o desenvolvimento do sistema universitário paulista e brasileiro. Como vimos, porém, o caminho é árduo e fundamentais as definições para a vigência do novo sistema, sendo também altos os riscos de sua desagregação. É o momento para a transformação ou para um grande retrocesso. Este desafio está em nossas mãos, da Universidade, do governo e da sociedade.

Paulo Renato Souza, economista, é reitor da Unicamp desde abril de 1986.

Esclarecimento aos leitores

A partir desta edição o ***Jornal da Unicamp*** *traz uma novidade: a comercialização de espaços publicitários entre seu material informativo. A experiência não é nova no âmbito das publicações universitárias e visa, essencialmente, a contribuir para o seu próprio custeio. A captação de anúncios desta edição foi feita pela empresa GA-MM Intercultural, com sede à rua Engº Augusto Figueiredo, 531 - Swift. A GA-MM tem atuado especialmente na área de feiras e eventos culturais. O repasse à Unicamp dos recursos captados será feito através da Funcamp. O* ***Jornal da Unicamp*** *publicará demonstrativos trimestrais do movimento de entrada dos recursos bem como de sua destinação.*

Jornal da Unicamp

Reitor — Paulo Renato Costa Souza
Coordenador Geral da Universidade — Carlos Vogt
Pró-reitor de Graduação — Antônio Mário Sette
Pró-reitor de Pós-Graduação — Bernardo Beiguelman
Pró-reitor de Pesquisa — Hélio Waldman
Pró-reitor de Extensão — José Carlos Valladão de Mattos
Pró-reitor de Desenvolvimento — Ubiratan D'Ambrósio
Este jornal é elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081, Campinas, SP. Telefones: (0192) 39-3134/39-3148. Telex (019) 1150.
Editor: Eustáquio Gomes (Mtb 10.734)
Redatores: Amarildo Carnicel (Mtb 15.519), Antônio Roberto Fava (Mtb 11.713), Graça Caldas (Mtb 12.918), Paulo César do Nascimento (Mtb 14.812) Roberto Costa (Mtb 13.751) e Célia Piglione (Mtb 13.837).
Fotografia: Antoninho Perri (Mtb 828)
Ilustração: Oséas de Magalhães
Diagramação: Amarildo Carnicel e Roberto Costa
Paste Up e Arte Final: Oséas de Magalhães e Clara Eli Salinas
Serviços Técnicos: Sônia Regina T.T. Pais e Clara Eli Salinas

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 — Fone: 291 3344
Vendas, ramais: 257 e 325
Telex: 011 34557 — DOSP
Caixa Postal: 8231 — São Paulo
C.G.C. (M.F.) N.º 48.066.047/0001-84
GOVERNO DE SÃO PAULO

Opinião

Dos papéis e da tolerância

Eliézer Rizzo de Oliveira

O movimento reivindicatório de docentes e funcionários da Unicamp, Unesp e USP, com os objetivos amplamente justificados de recomposição de perdas salariais e de implementação de reajustes mensais que preservem o poder dos salários no futuro,é impulsionado por uma sensibilidade extrema e uma profunda indignação face à atitude do governo estadual para com a autonomia e a dignidade das Universidades.

Como é próprio das situações políticas de tensão e engajamento, também neste movimento a sua energia coletiva é constituída por um mosaico de motivações dirigidas ao Estado e à própria Unicamp. Assim é que a paralisação das atividades e a sua retomada geram problemas para a institucionalidade da Universidade: quem determina? quais instâncias? com que legitimidade? Desta forma, é no campo de relação entre o movimento associativo e os órgãos da Universidade, definidos institucionalmente com a finalidade de dirigir a vida acadêmica e administrativa, que se colocam a prorrogação do semestre letivo e a reposição do trabalho interrompido.

Não cabe aqui analisar as características do movimento reivindicatório, que todavia não as desconhece. Um caso ao menos precisa ser referido: trata-se da reivindicação diferente de docentes e funcionários quanto aos índices de recomposição dos respectivos salários (conforme reunião do presidente do Cruesp com as entidades, em 22.11.88). Do ponto de vista do movimento, teriam ocorrido perdas salariais diferentes para as duas categorias, o que justificaria o pedido de índices distintos (87% para docentes e 120% para os servidores). Do ponto de vista da Reitoria, trata-se de uma posição questionável se considerada uma política salarial global, já que é distinta a situação de cada categoria com relação ao mercado de trabalho. As supostas perdas de 120% para os funcionários só se verificam se se considera a evolução dos índices salariais de referência nas carreiras desde janeiro de 1987. Porém, em janeiro de 87, não havia ainda nenhum funcionário da Unicamp enquadrado nas carreiras. A criação das carreiras técnicas e administrativas melhorou substancialmente os salários dos funcionários, sem que tenha ocorrido uma correspondente melhoria dos vencimentos dos docentes. A aplicação de índices diferenciados neste momento introduziria uma distorção na relação entre os vencimentos das duas categorias, com conseqüências drásticas para a hierarquia salarial que deve ser preservada entre docentes e funcionários.

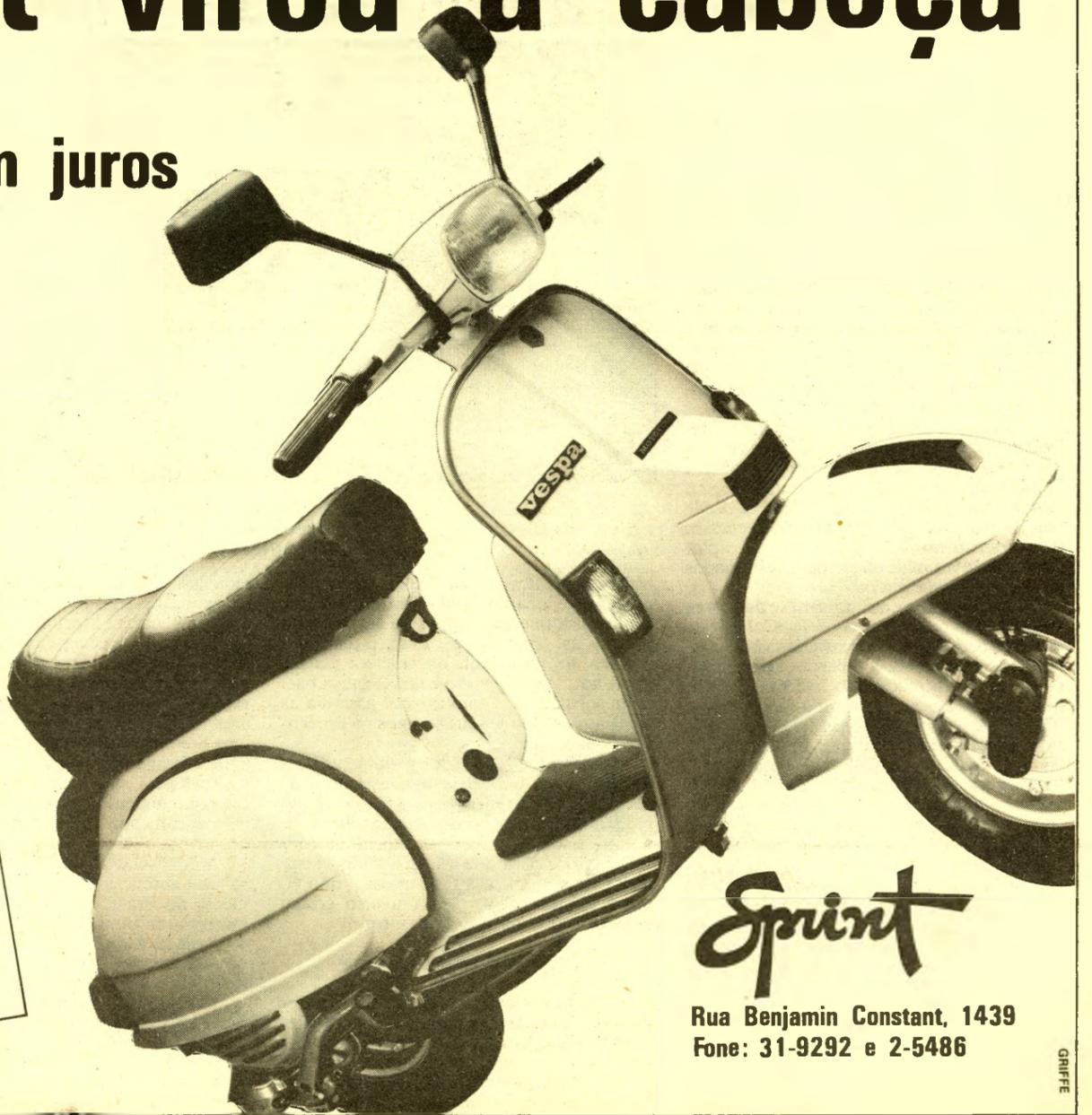
Solenidade do "SOS Universidade" em Campinas, que reuniu no Centro de Convivência várias centenas de pessoas.

A reposição de aulas e de trabalho é também uma questão de governo da Universidade. As categorias se manifestam a respeito, e isto faz parte da sua natureza sindical. Não há dúvida sobre sua legitimidade. Mas é preciso que haja o reconhecimento do papel intransferível da direção da Universidade, sem colocar em xeque sua prerrogativa institucional nem a institucionalidade que é dotada de plena legitimidade. Não cabe às assembléias dirigir a Universidade nem à Reitoria comandar o movimento reivindicatório. São instâncias distintas da vida universitária, que só podem manter suas respectivas legitimidades se suas ações se desenrolarem nos leitos que lhes são próprios.As situações de crise sugerem mudanças, mas nem toda mudança deve ser adotada pelo simples fato de haver emergido, enquanto proposta, em situação de crise. Na verdade, nem toda mudança é oportuna e legítima e a preservação da institucionalidade também é um valor, dotado de caráter mais permanente do que as mudanças sugeridas ao sabor das circunstâncias. Nestas, as motivações são de ordem diversa, comportando uma sólida responsabilidade acadêmica em muitos casos, noutros o inconformismo pelo comprometimento das férias de verão, passando pela mentalidade anárquica e intolerante que agrediu a Universidade e dois dos três homenageados com o título de **Doutor Honoris Causa** *na atual gestão. Esta última atitude volta-se agora contra a categoria docente que, tendo decidido retornar às atividades, não conseguiu fazê-lo plenamente em razão da greve discente que definiu uma data (30 de novembro) como fator estratégico para a continuidade do movimento... dos docentes.*

Nesta situação de crise, como em outras que vivemos no passado, não é tarefa fácil colocar problemas que se afastam do campo conceitual estabelecido pela coesão do movimento. Todavia, é preciso colocá-los em debate, com a disposição de restabelecer a tolerância e de evitar o estigma maniqueísta com referência aos meios adotados. Por mais eficaz que demonstre ser num determinado momento, nenhum meio pode ser erigido como fator de divisão e suspeita pelo fato de contrapor-se à sensibilidade arraigada e aos fatores de coesão. O problema que se coloca agora é o seguinte: não será possível resistir numa situação adversa com a Universidade em pleno funcionamento? Se se atribui ao governo o propósito de liquidar a universidade pública, a continuidade exagerada da paralisação não entregará "de bandeja" a vida da Universidade, a tal ponto ela se encontrará comprometida? Já não resistimos uma vez, em circunstâncias certamente mais difíceis em que a autonomia universitária, e não os nossos salários, havia sido atacada pela intervenção malufista? Então, quando percebemos que a paralisação da Unicamp mais interessava aos agressores malufistas do que ajudava o movimento em sua epopéia de resistência e de construção de uma nova institucionalidade, tivemos a lucidez, enquanto categoria docente, de conceber e adotar o estado de mobilização permanente. Não nos encontraríamos hoje em situação similar?

Não há dúvida de que se coloca um problema de direção da energia despertada entre docentes e funcionários no movimento em curso. A Reitoria e o movimento devem retirar desta experiência uma motivação de crescimento e reflexão. Entre erros e acertos de ambas as partes, sempre discutíveis e jamais entronizáveis, há que se reafirmar o valor da institucionalidade e do diálogo institucional e democrático, sem perder de vista o valor da qualidade, da necessária dedicação à profissão e ao papel social da Universidade, além do exercício crítico das nossas próprias opções.

A enunciação destas questões poderá fazer voltar contra seu autor a indignação ora dirigida contra o governo. É um risco sério, não há dúvida. Mas é preciso propor a tolerância política e o reconhecimento dos diferentes e legítimos papéis do movimento reivindicatório e da direção universitária.

Eliézer Rizzo de Oliveira é professor do IFCH e chefe de Gabinete na Reitoria da Unicamp.

Abaixo a mística do milenarismo

Erudita e cáustica, Marilena Chauí não se deixa apanhar pelo arsenal simbólico dos fins de milênio.

Chauí: de São João a Santo Agostinho, de Nietzsche a Max Weber.

Surpreendeu-se quem esperava um confronto entre as elaboradas teorias das diferentes manifestações culturais, ou mesmo uma acalorada discussão sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa na cultura espontânea. Embora o tema do segundo dia do Seminário "Brasil Século 21" — "Cultura popular, cultura de massa e cultura erudita" — apontasse nessa direção", a ponto de atrair estudantes de comunicação da cidade, o que se viu inicialmente foi um verdadeiro show de erudição da filosófica Marilena Chauí.

Daí o ar de perplexidade da platéia. Era visível sua dificuldade em acompanhar o sinuoso pensamento da filósofa. Não faltou porém quem admitisse a capacidade de Chauí em reunir, em tão pouco espaço de tempo, conceitos tão amplos e complexos do milenarismo para depois concluir que este não pode ser visto de uma forma mística mas racional, uma vez que é elaborado dentro de uma lógica simbólica e não de conceitos.

Consumidores passivos?

A fala do cientista político Gabriel Cohn, que discorreu sobre a chamada indústria cultural, trouxe algum alívio e funcionou como um respiradouro para a compacta mensagem de Chauí. Quando chegou a vez do poeta e tradutor José Paulo Paes, que falou sobre "Literatura de Entretenimento", o clima já era bem mais descontraído. Mesmo assim, um dos debatedores do dia, o sociólogo Sergio Ricelli, não poupou críticas aos expositores em função do excesso "de academicismo e pouca vinculação prática com a realidade".

Na verdade, o que se verificou no segundo dia do Seminário foi uma aparente falta de unidade temática. Não parecia haver entre os expositores a preocupação de relacionar suas falas com as três formas de cultura: popular, de massa e erudita. Ricelli lembrou, a propósito, que o Brasil talvez seja o único país subdesenvolvido que exporta cultura — e para isso citou a TV Globo como a quarta rede mundial de televisão. Para o sociólogo, esse fato não pode deixar de ser discutido num Seminário onde o tema central inclui a questão da cultura de massa.

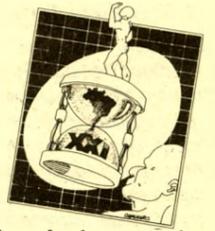
O Brasil, segundo Ricelli, de forma alguma confirma a tese de que os países subdesenvolvidos estão fadados a serem consumidores passivos de cultura. "Há alguns indicadores inquietantes que contestam essa afirmação", disse ele depois de chamar a atenção para a necessidade de se discutir nas academias o real significado da crise das universidades. Essa crise mostra, a seu ver, o estrangulamento do setor cultural mesmo em redutos onde até então se mostrava protegido. Disse também que não se pode mais adiar a discussão sobre o sistema de produção cultural no contexto dos interesses culturais do País.

Milenarismo

Chauí abordou durante quase uma hora a questão que denominou de "Tradição Milenarista". Numa palestra recheada de citações que partiam de Apocalipse e passavam por Santo Agostinho, Nietzsche, Christopher Hill e Max Weber, a filósofa chegou a problemas contemporâneos como a Aids, a contaminação nuclear, a fome, a destruição da flora e da fauna, para relacioná-los como o início da concretização das sete pragas — na visão dos milenaristas — previstas na Bíblia.

A percepção catastrófica dos milenaristas — onde o Reino de Deus ainda é a salvação — segue-se a crença popular na redenção da humanidade, segundo a filósofa. Ela exemplificou com citações apocalípticas de populares paulistas que responderam a entrevistas que fez nos anos 79/80, quando Chauí lhes pediu que falassem sobre a situação política e econômica do Brasil.

Algumas das respostas: "O que vai acontecer aqui é a guerra. Pode-se preparar. Vai chegar o tempo em que todos nós vamos nos revoltar"; "Sabe como se acaba tudo? Com uma guerra mundial"; "Só uma revolução"; "Só se resolve isso parando tudo, do Norte ao Sul. Uma greve geral"; "Primeiro tentamos com a teoria, a justiça, mas não adianta nada. Só uma revolução"; "É a falta de justiça em nosso País. Mas o povo está unido".

As falas populares, de acordo com Chauí, contêm três elementos da esperança milenarista: conflagração (guerra, revolução), ausência de justiça e necessidade de união dos oprimidos, dos sofridos, para uma ação comum. Segundo a filósofa, embora as respostas não tenham aparentemente um conteúdo religioso, estão dentro da visão milenarista, onde a religião é o porto seguro da salvação.

Depois de recorrer aos teóricos que discutem o tema do milenarismo, Chauí observa que existe a passagem de uma elaboração altamente intelectual do milênio para outra altamente popular, que é a redenção. Verifica, no entanto, que nessa passagem a versão popular da redenção conserva todos os símbolos anteriores que se originam do erudito. O que se dá, na verdade, é mudança de registro, da forma como ela se realiza, uma vez que os símbolos do milenarismo permanecem.

O que se depreende facilmente da longa exposição de Marilena é a crítica feroz que faz à sociologia da religião, onde o milenarismo é vinculado a uma visão sofisticada, uma elaboração intelectual. Na sua concepção, o milenarismo é um movimento fanático, supersticioso, constituindo-se numa outra forma de continuidade do cristianismo. Essa corrente, de acordo com a filósofa, só é superada pela ala progressista da Igreja Católica, que advoga a Teologia da Libertação.

Em resumo, a palestra da "Tradição Milenarista", de Chauí chama a atenção para a dualidade da luta entre o bem e o mal: a versão pacifista, onde a salvação está na redenção, no Reino de Deus, e a radical que se resume na revolução. A tese defendida pela filósofa é de que isso só é possível devido ao enraizamento da cultura religiosa, do cristianismo cuidadosamente cultivado ao longo de séculos. Como base em sua argumentação, conclui que, ao contrário do que se propaga, "a concepção milenarista não é mística mas profundamente racional e usa toda a lógica contida nos símbolos", de todo o arsenal simbólico que faz parte da cultura dos indivíduos. **(G.C.)**

Por uma cultura do entretenimento

Nem todos podem ser Flaubert ou Joyce. Precisamos também de Dumas e Agatha Christie.

Paes: confiança no "silencioso poder de sedução do livro".

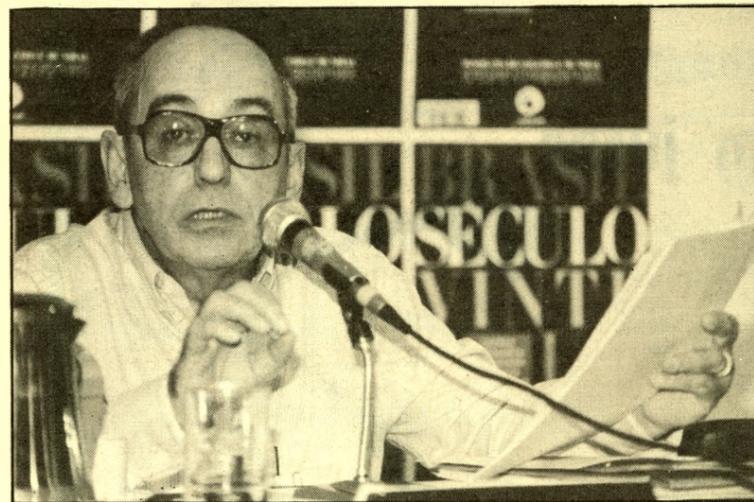
Cohn: a cultura de massa sob o controle da indústria cultural.

Como as condições modernas de produção e difusão cultural afetam a vinculação entre cultura popular, de massa e erudita? A essa questão, muito comum nos dias de hoje, o especialista em indústria cultural e cientista político Gabriel Cohn afirma que, ao contrário do que se diz, "não assistimos a uma homogeneização da cultura de massa, mas à sua diversificação".

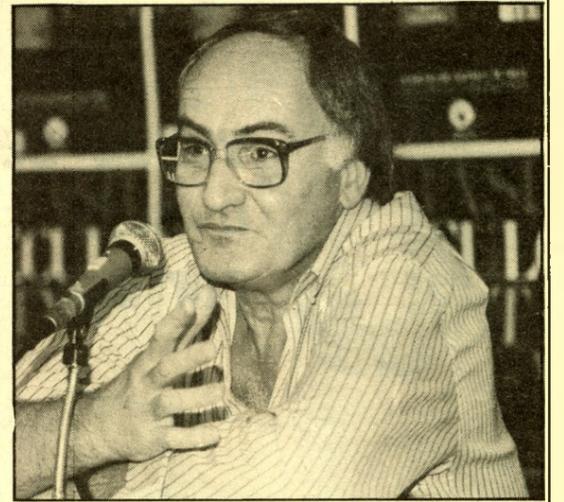
Cohn diz que "o que vemos é uma diferenciação crescente e controlada da cultura de massa pelos que detêm o poder sobre a indústria cultural". Essa diferenciação, no seu entender, é crescente, sendo a Rede Globo um exemplo típico desse processo. Essa transformação se dá através da exploração cada vez mais eficaz de determinados segmentos do mercado.

Para que as pessoas possam se dar conta e intervir no processo em curso, Cohn disse ser indispensável a retomada da noção clássica de cultura, onde a política é parte indissociável da formação do indivíduo. "Temos que revalorizar a própria idéia de uma Cultura Política. Não podemos mais nos restringir ao campo cultural em seu sentido estrito. É preciso ampliá-lo ao contexto social em que vive o homem", observou.

Na opinião do cientista, o que está em jogo "é muito mais que o domínio de todo o repertório simbólico da sociedade. São as modalidades de produção e difusão cultural. A tendência a médio prazo dos meios de comunicação não é a de fazer uma espécie de 'geléia geral', mas explorar ao máximo determinados segmentos do mercado. O que interessa à indústria cultural é saber a quem dirigir que tipo de programa ou mensagem, saber qual é a resposta possível para uma eficácia máxima. Então, dentro da sua lógica, mais vale compartimentalizar, seccionar, do que homogeneizar".

A eficácia do meio televisivo como parte integrante da indústria cultural foi também exemplificada por Cohn através do programa educativo "Vila Sésamo". A primeira coisa que esse programa ensinou aos jovens, às crianças, segundo o cientista político, foi justamente a técnica de assistir televisão. "Ver televisão é uma técnica bastante sofisticada. Quando você assimila as técnicas já redefine seus códigos na apreensão da mensagem."

A dificuldade reside justamente em aprender a ser um eficiente consumidor de televisão. Essa eficiência consiste em saber receber criticamente a mensagem televisiva. E é por isso que defende o retorno da Cultura Política para que os consumidores dos meios de comunicação de massa "não fiquem girando dentro do universo criado pelos difusores da indústria cultural".

Literatura de entretenimento

"Qual a razão da pobreza ou, melhor dizendo, da quase inexistência de uma literatura brasileira de entretenimento? Por que isso numa cultura que, em nível erudito, deu autores do porte de Machado de Assis, Graciliano Ramos ou Carlos Drummond de Andrade e, em nível popular, a riqueza do material folclórico testemunhada minimamente em Macunaíma?"

A questão preocupa o tradutor e poeta José Paulo Paes. Sua estranheza é ainda maior quando constata o "êxito dos telenovelistas" brasileiros, que chegam a exportar essa modalidade de cultura. Defensor de uma literatura problematizadora que "estimule a faculdade crítica do leitor em vez de adormecê-la", Paes reconhece na literatura de entretenimento bem elaborada um poder de sedução capaz de formar nas crianças e nos jovens o salutar hábito da leitura.

A possível explicação que vê para a quase total ausência da literatura de entretenimento no Brasil é o tardio surgimento da indústria cultural brasileira do livro (anos 30), aliada à dificuldade de sobrevivência dos autores com seus textos e ao alto índice de analfabetismo no país.

Paes não deixou de criticar o que considera "erro de perspectiva" dos autores brasileiros que "sonham muito mais em ser Gustave Flaubert ou James Joyce em lugar de Alexandre Dumas ou Agatha Christie". O que os autores parecem não perceber, de acordo com Paes, é que "da massa de leitores da literatura de entretenimento é que surge a elite dos leitores voltados para uma literatura mais complexa".

Desferindo severas e contundentes críticas à obrigatoriedade de leitura na escola seguida de extensos questionários ou dissertações sobre a obra em questão, o poeta e tradutor disse que "há que se confiar no silencioso poder de sedução do livro; desnecessário realçá-lo através de artifícios pedagógicos, quaisquer que possam ser". Essa prática — advertiu — pode ter efeitos contrários aos desejados, afastando talvez definitivamente o jovem do livro.

Mas nem só de pessimismo se constituiu a exposição de Paes. Ele também viu uma luz no final do túnel. Essa luz começa a ser vislumbrada, segundo ele, através das editoras voltadas para a área do livro paradidático. Essas editoras, ao encomendar obras de ficção e entretenimento destinadas ao público infanto-juvenil, vêm estimulando os autores com suas crescentes tiragens, em geral superiores aos tradicionais três mil exemplares. "Ao entretenimento, pois", concluiu. **(G.C.)**

O romantismo ainda não acabou

Pelo menos, essa é a opinião de Antonio Candido, para quem o espírito romântico permeia toda a modernidade.

A doze anos do fim do século, uma das grandes mudanças previstas no campo da literatura seria o surgimento de uma nova corrente literária que vai, de vez, substituir o Romantismo, em vigor desde o século XVIII. E quem aponta essa tendência é o escritor, crítico e professor Antonio Candido de Mello e Souza, ao participar, no último dia 7, do quarto segmento do Seminário "Brasil Século XXI", promovido pela Universidade Estadual de Campinas, sobre o tema "Cultura: Produção e Representação Simbólica da Sociedade".

Para Candido, o Modernismo trouxe o baralhamento dos gêneros e o gosto pelo satanismo.

Avesso às previsões — "pois já vi muitas delas e todas deram errado" —, Antônio Cândido prefere não especular o que possivelmente virá preencher o vazio deixado pela extinção do Romantismo. Todavia, sempre de bom humor, Cândido arrisca uma surpreendente previsão: a de que as telenovelas brasileiras serão um gênero consagrado no futuro, caminhando em parceria "com as mais altas manifestações artísticas" e servindo como veículo para a adaptação de textos de Dostoiévski, Maiakovski e Joyce. E arremata: "Talvez os críticos do futuro encontrem lá os seus Joyces, Baudellaires e Mallarmés".

Redenção através da morte

Partindo da construção de uma "obra de arte" um tanto insólita — ao emergir sua caneta esferográfica dentro de um copo de água gelada e batizar a performance de "mergulho no infinito" (risos na platéia) —, Candido sustenta a hipótese de que a Modernidade, gerada pelo advento da Revolução Industrial, nunca abandonou o romantismo: "Sou daqueles que ainda acreditam estarmos vivendo tempos românticos. Prova disso é o valor mais caro aos tempos modernos, isto é, a liberdade, que é essencialmente romântica".

Para o ensaísta, a liberdade é necessária e legítima para o artista, ao assegurar a soberania da criação. "Ora, o romantismo se entrosa perfeitamente com a modernidade, na medida em que pleiteia, como nunca, o uso da liberdade formal".

O professor, por outro lado, alinha os dois princípios que considera básicos para o modernismo. O primeiro deles seria o culto da liberdade da escrita associada ao gosto pela inovação. "O conseqüente baralhamento dos gêneros gerou coisas até então insólitas, como a prosa-poética, o poema em prosa e o verso livre", ressalta Candido. O segundo, a negatividade expressa no "gosto pelo satanismo, pelas ruínas e pela redenção através da morte". E arremata dizendo que "a grande coisa que o romantismo trouxe foi a extinção do estilo, que rompeu todo vínculo com a literatura e quebrou as referências da obra com a religião".

Princípio unificador

Amparado no livro **"Les Abeilles D'Aristée"** ("As Abelhas de Aristeu"), do escritor russo Wladimir Weidlél — texto publicado na França em 1954 —, Antonio Candido afirma que "a liberdade pretendida e obtida pelos românticos resultou num afrouxamento estilístico", tendo quase chegado a romper também com a exterioridade. A obra de arte, em sua análise, perdeu aquilo que Weidlée chamou de "princípio superior", para ele traduzida numa exterioridade religiosa. Com isso, segundo o escritor, ocorreu uma hipertrofia da dimensão estética. "Antes, a obra se referia à exterioridade através das utopias políticas ou da religiosidade. Depois, a única referência passou a ser o próprio texto. Assim, o romantismo teria atuado como uma "força dissolvente".

É nesse contexto que a modernidade parte numa busca angustiada por esse princípio unificador. Deus voltou à moda como princípio unificador da mesma forma que o drama das classes trabalhadoras com o sistema socialista. "Mas a modernidade ainda é uma busca desesperada desse princípio perdido. E hoje vivemos essa dissolução", avalia Candido.

Graciliano e Jorge Amado

Citando Vitor Hugo, Candido lembra que o romantismo aboliu a métrica alexandrina na poesia e iniciou um culto de liberdade escrita, com o fim de hierarquizar a palavra. Observa ainda que o regionalismo na literatura nacional, desde seu surgimento "ligado a uma temática mais pitoresca, rapidamente evoluiu até adotar uma postura mais crítica e social e oferecer uma faceta desmascarada no país" em romances como "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, e "Cacau", de Jorge Amado. Para Cândido, Guimarães Rosa mereceu um destaque à parte, por tratar-se de um escritor "super-regionalista", um rótulo que aplica para exemplificar a universalidade de sua obra. O ensaísta diz ainda que as personagens de Rosa podem tanto estar no sertão mineiro como nos campos rurais da Alemanha.

Hoje em dia, segundo Cândido, o grande bicho-papão é o plágio. "A maioria das pessoas quer desesperadamente ser original, mesmo sabendo que, no máximo, só conseguem a inovação em apenas 10% daquilo que produzem". No Brasil, essas inquietações começaram a ser observadas já no começo do século XX da tensão esteticismo-versus-realismo. Primeiro vieram os simbolistas, nefelibatas preocupados com a interioridade. Depois realistas como Euclides da Cunha e Graça Aranha. "Essa tensão parece agora se resolver. Uns, procurando o critério de validade de sua obra em algo superior e imediato: a realidade política e nacional. Outros completamente alheios a isso", explica.

Para ele, no entanto, o primeiro grande movimento brasileiro a operar no espaço sem a referência nacional foi o concretismo, nos anos 60. "Essa é uma prova histórica de que começava a finalização de um processo de aderência textual. Obras literárias, boas ou más, não importa, demonstram isso. Elas romperam os espaços confinados que o romantismo traçou para o país."

(A.R.F.)

"Não acredito na morte do romance"

Aos 70 anos, Antonio Candido alcançou, no universo da crítica literária brasileira, aquela posição de respeitabilidade atingida por Machado de Assis no romance, no início do século. Todavia fala pouco, quando se trata de dar entrevistas. Aqui, manteve breve bate-papo com o "Jornal da Unicamp", após sua conferência de abertura no seminário "Brasil Século XXI".

Jornal da Unicamp — Está na praça mais um romance de Jorge Amado, "O Sumiço da Santa". A crítica, de um modo geral, tem sido severa. Como é que o senhor vê essas críticas?

Antonio Candido — Sobre a crítica não sei. Penso sobretudo no Jorge Amado do meu tempo de moço. Era um escritor meio primitivo, meio uniforme, mas de grande poder. Ele desempenhou muito bem um papel histórico importante naquele tempo, rompendo com várias convenções literárias. Mas depois de "São Jorge de Ilhéus", ele mudou muito.

JU — O senhor ainda o lê?

Candido — Não. Após essa primeira fase só li "Tenda dos Milagres" e "Gabriela Cravo e Canela". Acho seus romances muito interessantes, legíveis, agradáveis, mas não me parece que desempenhem mais a função histórica que os primeiros desempenharam.

JU — É um escritor que vai ficar, assim como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos ou Clarice Lispector?

Candido — Provavelmente ele ficará, mas não pelas razões segundo as quais os outros ficam, porque esses outros são autores que ficam por razões de natureza eminentemente literária. Jorge Amado ficará por ser um fenômeno representativo de certo gosto médio do Brasil.

JU — Têm surgido novos romancistas no Brasil? O senhor citaria algum?

Candido — Acho o Brasil um país de excelente produção literária. Não necessariamente de grandes escritores. Mas, como dizia Mário de Andrade, e com muita razão, o importante na literatura é a média. Não é surgir um novo Machado de Assis todo ano para revolucionar a literatura. Machado surgiu no meio de um deserto do Saara. Agora, o que exprime uma cultura é a posição cotidiana, média, e o Brasil tem uma produção literária muito boa hoje em dia, tanto no conto como no romance e na poesia. Nomes? Há muitos. Eu citaria, em matéria de prosa narrativa, Zulmira Ribeiro Tavares, excelente narradora, o Armando Freitas Filho e Orides Fontela, na poesia. Todos muito bons.

"O Brasil continua um país de excelente produção literária"

JU — Existe a possibilidade de as novelas brasileiras virem a ser uma alternativa literária no futuro?

Candido — Pode ser. Mas não tenho nenhuma capacidade de previsão. A impressão que tenho, pelo encaminhamento das coisas, é que a telenovela corresponde, hoje, mais ou menos ao que foi o romance folhetinesco. Isso pode dar Alexandre Dumas, no máximo. Mas não dá Tolstoi, Proust etc. Não sei se a telenovela ficará nesse nível, pois ela tem que atender aos requisitos do divertimento popular, talvez não atenda a requisitos mais altos, de gosto mais apurado.

"Na prosa, Zulmira. Na poesia, Orides e Armando Freitas."

JU — O senhor vê telenovelas?

Candido — Vejo, sim. Mas percebo que, muitas vezes, quando elas vão ficando requintadas de repente a história se força a cair na vulgaridade. Certamente porque os anunciantes e o público assim o exigiram. Se a televisão não fosse tão comercializada, acho que a telenovela seria um gênero que permitiria ao autor abrir realmente as asas da imaginação, podendo fazer trabalhos muito mais inteligentes e requintados.

JU — Nessa linha de pensamento, acredita que a televisão poderá um dia adaptar textos de Maiakovski, Dostoievski ou Joyce?

Candido — Isso já é uma fase secundária, que é o da adaptação. Acho mais importante é a criação mesmo, a criação direta de novelas e minisséries que sejam de alto teor narrativo, literário mesmo.

JU — Tem-se observado que, às portas do final da década de 80, não tem surgido aquele que seria "O grande livro da década". A que fator o senhor atribui isso? Falta de talento? Comodismo dos autores?

Candido — Sabe que eu não estou a par da produção recente? Não sei se saiu ou não algum grande livro, algo que poderíamos considerar uma obra realmente grande. Não me lembro. Assim, é difícil eu aderir à sua afirmação. Pode ser que tenha saído. Saiu um livro de João Cabral de Melo Neto, que eu não li, mas que deve ser um bom livro.

JU — Há um substituto para Drummond?

Candido — Esse quadro de substituição não existe. A força de um bom poeta é que ele sempre começa alguma coisa diferente. No caso de Drummond foi assim. No momento eu vejo muitos bons poetas no Brasil. Mas o Drummond, a gente já tem uma distância maior, já pode avaliar a envergadura dele, é possível que, com o tempo, alguns desses jovens poetas possam mostrar muito mais. Mas Drummond é insubstituível.

JU — Com freqüência se fala na morte do conto, do romance. O senhor acredita nisso?

Candido — É, falam sim. Mas não acredito nisso. A gente nunca pode prever o futuro. Mas o conto, a literatura são formas muito adaptáveis. Pode-se falar, por exemplo, na morte do soneto. Isso é possível. Na morte da tragédia clássica. Mas do conto, na nossa civilização contemporânea, falar na morte do conto e do romance acho muito improvável. É evidente que ambos os gêneros vão passar por muitas transformações, evidentemente. O conto hoje aproxima-se muito da crônica, e o romance da reportagem. São gêneros que, embora distintos, vão ficar. **(A.R.F.)**

A crise da representação do mundo

A velha lógica parece ter esgotado sua capacidade de compreender as novas realidades.

A discussão no "Brasil Século XXI" dos princípios e parâmetros históricos daquilo que se convencionou chamar de modernidade apresentou argumentos suficientes para concluir que o pensamento intelectual do passado não pode mais interpretar a realidade atual. Para dois dos principais convidados do seminário, o professor norte-americano George Yudice e o professor de antropologia cultural da Universidade de Roma, Massimo Canevacci, o ciclo da modernidade do mundo sofre um processo de esgotamento, com a superação de antigos valores sociais, antropológicos e culturais. De acordo com eles, a dinâmica da história implica em transformações e é preciso acreditar em mudanças, ainda que as utopias tenham sido abolidas pela pós-modernidade.

Massimo Canevacci observa que a introdução de novas tecnologias no mundo produziu transformações diferentes daquelas provocadas pelo ciclo anterior da modernidade, quando este processo — segundo ele em crise desde a década de 70 — limitou-se a um fenômeno cultural. O desaparecimento da sociedade industrial tradicional é apontado pelo antropólogo como uma das causas dessa crise. "A sociedade pós-industrial pode ser interpretada como uma sociedade na qual o processo de valorização do capital não está mais na produção e na troca de mercadorias, mas pode ser identificado na produção de serviços e na dimensão da informática."

Outra constatação das transformações provocadas pela crise da modernidade, segundo o pesquisador: a mudança do conceito de sincretismo cultural, que agora envolve uma capacidade muito grande de unificação de culturas e etnias diferentes, de estilos, e de comportamentos, contribuindo para promover um fenômeno que Massimo chama de "contaminação cultural". De acordo com ele, o sincretismo das mensagens na propaganda, com a heterogeneidade cromática apresentada sobretudo pelos anúncios das indústrias da moda — "percebe-se uma intensa manifestação democrática das cores e a presença cada vez mais constante de atores negros ou orientais nas propagandas da tevê e nos outdoors" (vide as da confecção Benetton) — é um importante sintoma de que a cultura que bloqueia as identidades étnicas está chegando ao fim.

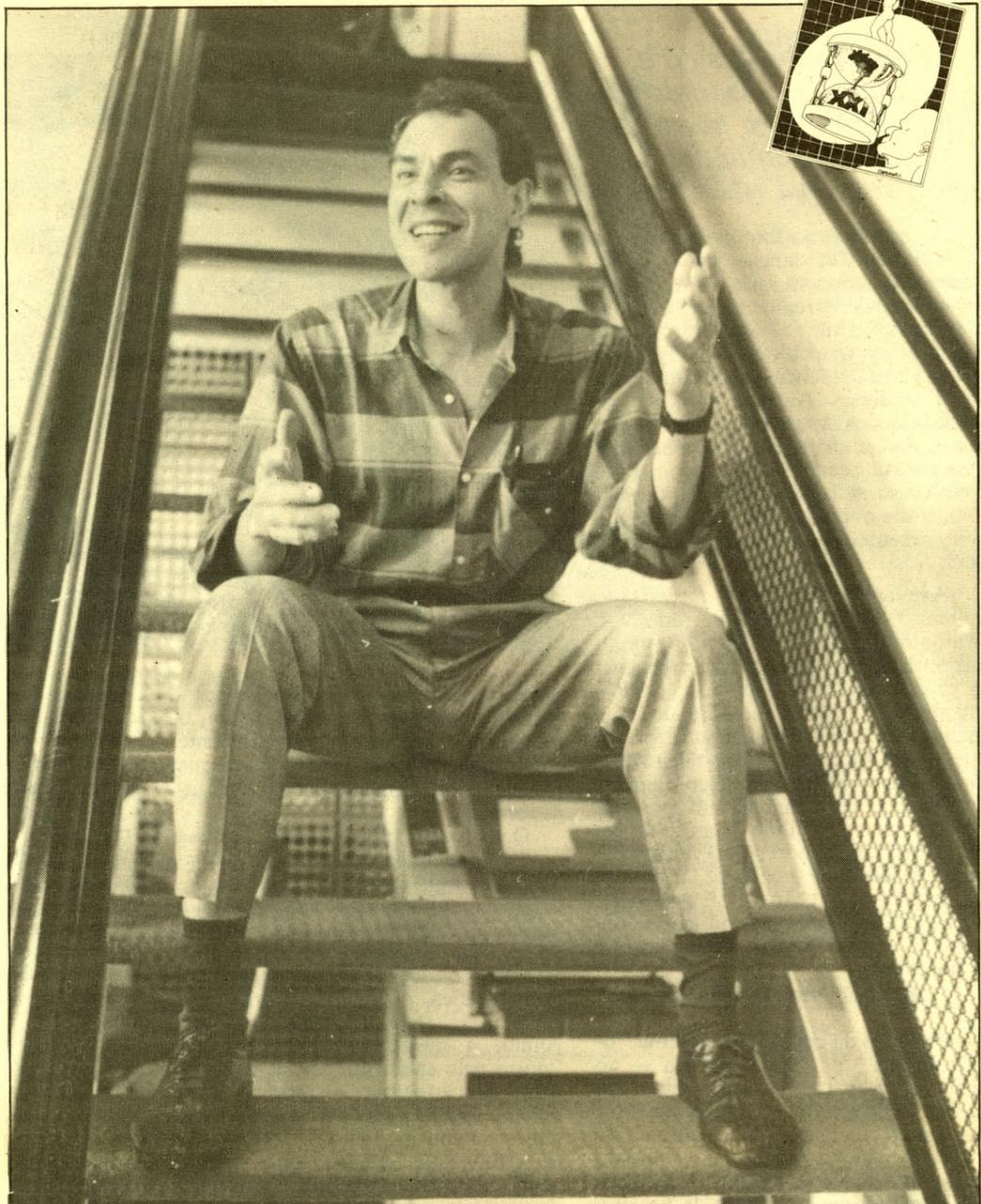
Ruptura

Essas constatações levam Canevacci a defender uma ruptura definitiva com o passado e uma redefinição da modernidade como um produto da tecnologia ocidental. "O processo cultural está mudando. O pensamento intelectual de vinte anos atrás não pode mais compreender a realidade atual. Nos anos 80 tudo se transforma. Temos que recomeçar a pensar novos caminhos, mesmo que esse seja um processo difícil e doloroso. Temos que repensar a metodologia da pesquisa empírica para compreender os novos níveis da transformação e encontrarmos a direção do futuro nessa época de mutações", aconselha o antropólogo italiano.

Em sua análise, George Yudice, intelectual radicado nos Estados Unidos, onde atua nas disciplinas de Literatura e Estudos Culturais, e professor do Hunter College, de Nova Iorque, ajuda a pintar com novas tonalidades o quadro de decadência da modernidade exibido por Canevacci. Para ele, a pós-modernidade é exatamente isso: o momento em que entra em crise a idéia de representação e, sobretudo, a possibilidade de que alguma representação se torne hegemônica. Yudice vê a pós-modernidade como um esgotamento de todos os meios tradicionais de legitimação, em que as possibilidades de transformação estão em pessoas ou grupos minoritários que não aceitam a representação existente. "As minorias estão reagindo: minorias étnicas, ativistas políticos como os ecologistas, por exemplo, minorias sexuais, militantes feministas etc.Estes grupos reclamam não no sentido de que a representação está distorcendo a realidade, mas no sentido de querer fazer uma outra construção da realidade, porque a que está aí não os satisfaz."

De acordo com ele, uma das razões pela qual se fala em pós-modernidade é porque se perderam as bases para menter ou criar uma ordem representativa que estabelecesse hegemonia e consenso. "Acho que a crise da modernidade se traduz, sem dúvida, pelo esgotamento dos meios tradicionais de legitimação. A modernidade ideal deveria representar todos os setores da sociedade, mas isso é uma ilusão. É impossível existir uma ideologia que possa aglutinar todos os setores sociais em um pensamento utópico para todos. A pós-modernidade, porém, reconhece os grupos minoritários, os excluídos da sociedade por assim dizer, que passam a atuar em termos estéticos, não só como obra de arte, mas através de ações que criam uma nova estética de vida, com repercussões políticas.

Latinos, o novo inimigo

O avanço dessas minorias, contudo, tem provocado conflitos. É o que acontece agora nos Estados Unidos, diagnostica Yudice, e que explica em parte o fortalecimento da ideologia político-cultural conservadora norte-americana como forma de minar a capacidade representativa dos grupos marginais. Essa reação é resultado de múltiplos fatores, entre eles a perda do controle da economia mundial por parte dos EUA e a ascensão das culturas fundamentalistas, que surgiram para impedir o desmantelamento do "welfare state" norte-americano "num contexto em que o país é desmoralizado politicamente por uma sucessão de equívocos políticos como a guerra do Vietnã ou o recente e rumoroso episódio do "Irangate".

Yudice vê sinais de novos tempos na política das minorias e no ressurgimento dos fundamentalistas.

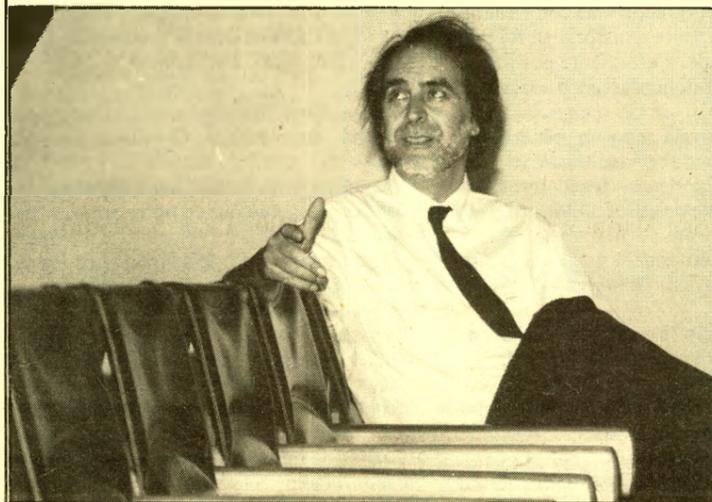
Nesse contexto, observa o intelectual, se inserem os movimentos contra os "hispânicos" as minorias latino-americanas dos EUA. Segundo ele, com o desgaste da retórica anticomunista, os americanos elegeram um novo inimigo, materializado a partir dos conflitos na Nicarágua ou a partir da imagem do presidente do Panamá, o general Noriega, vinculada ao tráfico de cocaína. "Há um novo bandido nos seriados das tevês norte-americanas e nos filmes produzidos em Hollywood: é o latino traficante de cocaína", ilustra Yudice. Ele argumenta ainda que os movimentos democráticos na América Latina sempre foram encarados como um questionamento indevido à unidade nacional norte-americana.

Mas a teoria da pós-modernidade, que apareceu em sociedades ricas, como as americanas e como as sociedades européias, se aplica para o contexto do Terceiro Mundo? A resposta de Yudice é sim, principalmente no que se refere à crítica ao conceito de representação. Editor da revista americana "Social Text", ponta de lança da esquerda americana e defensora das minorias do Terceiro Mundo, ele aponta o caso das comunidades religiosas centro-americanas, que passaram a reinterpretar os evangelhos com base na sua própria experiência, ou o fenômeno da teologia da libertação, onde ocorrem interpretações dos textos sagrados que concorrem com as versões oficiais da Igreja, como exemplos para ilustrar seu argumento. "Esta é uma situação pós-moderna típica. É como se essas comunidades pobres dissessem que não estavam satisfeitas com as interpretações oficiais, reivindicando que deveriam ser repensadas."

Houve também na América Latina, como não poderia deixar de acontecer, movimentos com o objetivo de formar totalidades a partir das quais se podem gerenciar, manejar e controlar a diversidade, aponta. "Foram muitas as tentativas de modernização dos países latino-americanos: formação do Estado autoritário para industrialização, incentivo ao consumismo e colonização cultural. Mas em contraposição a essa solução totalitária está nascendo uma política informal que rejeita uma lógica única e na qual se introduzem os novos movimentos sociais resistentes à institucionalização e à formalização."

Narcotráfico

Para Yudice, o narcotráfico é um dos representantes mais significativos do êxito da chamada economia informal — "a indústria de cocaína do Cartel de Medelin gera uma receita anual de US$ 10 bilhões, equivalente à maior estatal latino-americana, a Petrobrás". Mas qual é o papel dessa economia informal ou "paralela" em relação ao conceito de economia da modernidade? "É o de exatamente representar a economia dos marginalizados e o de amortecer os efeitos da crise econômica do setor formal", responde. "Em muitas comunidades o cultivo da coca proporciona benefícios sociais que pelos meios entendidos como legais não seriam alcançados. Com o dinheiro dos narcotraficantes tem sido possível subvencionar a construção de escolas, hospitais e a promoção de atividades culturais." Yudice lembra, porém, que frequentemente levantam-se contra essa situação de heterogeneidade muitas tentativas autoritárias de reestabelecimento do "stablishment", como faz atualmente os EUA ao enviar tropas militares à Bolívia e ao Peru para destruir as plantações de coca e combater os narcotraficantes."

O desencanto pós-moderno contempla, assim, um desafio duplo, identifica Yudice: repensar o projeto da modernidade e enfatizar a articulação das diferenças sociais ao executá-lo. "Temos que recriar nossa perspectiva. A chamada pós-modernidade consiste em assumir a heterogeneidade social como a ordem coletiva de um novo tempo." **(P.C.N.)**

Canevacci: superação de valores sociais, antropológicos e culturais.

As vanguardas no espelho da utopia

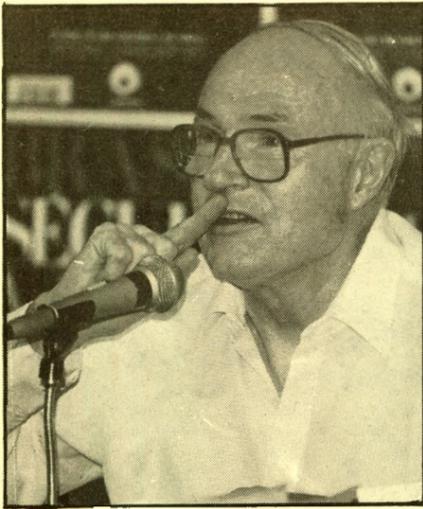
De Mário de Andrade ao "Parangolé" de Oiticica, as idéias de vanguarda sempre incluíram o conceito de ruptura.

"A questão das vanguardas" foi o tema do quarto dia de debates do seminário "Brasil Século XXI", que reuniu intelectuais do Brasil e do exterior em torno do tema "Arte e Cultura". Dos Estados Unidos vieram Robert Stam, professor de Crítica Literária da Universidade de Nova Iorque, e Richard Morse, ex-professor das Universidades de Yale, Stanford e Columbia e atual secretário do Programa Latino-Americano do Wilson Center. O prof. Celso Favaretto, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e o prof. Teixeira Coelho, da ECA-USP, foram os representantes brasileiros na mesa de debates que foi marcada pela ausência do crítico italiano e professor da Universidade de Roma, Achile Bonito Oliva, que deveria discorrer sobre "Arte e Superarte Europa América".

T. S. Elliot (1888-1965), Mário de Andrade (1893-1945), William Carlos Williams (1883-1963) e Oswald de Andrade (1890-1954) foram os poetas contemplados por Richard Morse em sua palestra "Quatro poetas modernistas das Américas". Em português fluente, assimilado nos anos 40, quando viveu no Brasil, Morse enfocou seu trabalho na discussão da linguagem cubista e discursiva na poesia.

Em seu painel comparativo, Morse situou num mesmo plano Elliot e Mário de Andrade, considerados por ele como dois poetas introspectivos e encantados pelas tradições e mitos. "Mário e Elliot têm uma proposta inovadora com mais apego à tradição". Entretanto, Morse ressalta uma grande diferença entre ambos: Elliot tinha idéias direitistas, enquanto Mário expressava, através de entrevistas e livros, suas idéias socialistas.

A similaridade entre William Carlos Williams e Oswald de Andrade pode ser constatada no estilo cubista por eles empregado. "Ambos sugeriam aos leitores que organizassem seus poemas, que viajassem através deles".

Outro norte-americano, Robert Stam, centrou sua fala no teórico contemporâneo Mikhail Bakhtin, intelectual russo falecido em 1975. Stam, que em breve lança pela Brasiliense um livro sobre Bakhtin, também falou sobre a crítica cultural e a mass média.

Morse: a modernidade de Mário, Oswald, William e Elliot.

Stam: "A vanguarda é o carnaval de salão sem a boêmia."

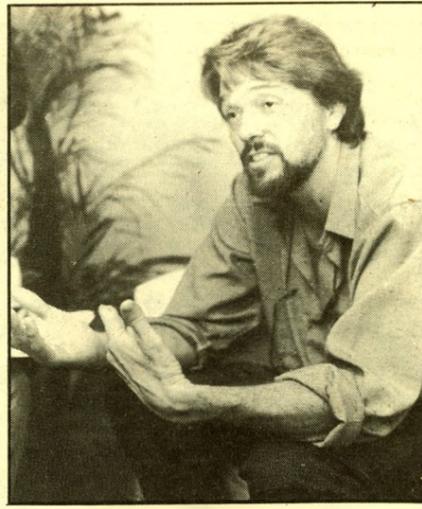
Para Teixeira Coelho, por trás do imaginário utópico está a passagem do tempo.

Apaixonado pelos filmes de Glauber Rocha — com quem morou na Califórnia — Robert Stam afirma que "a vanguarda é um carnaval de salão que perdeu a boemia". Sobre o cineasta baiano, já falecido, lembra alguns trechos do filme "Terra em Transe", destacando as falas do ditador Porfírio Dias (vivido por Paulo Autran), comentadas na trilha sonora por músicas de candomblé. Através desse exemplo, Stam buscou mostrar como o cinema brasileiro já lidava com linguagens, que só mais tarde seriam adotadas pelos cineastas norte-americanos. "Nashville, de Altman, é um bom exemplo disso", assegura.

A "carnavalização utópica bakhtiniana" pode ser facilmente notada através dos veículos de massa, em especial a televisão. Stam exemplifica essa teoria ao comentar o videoclip "All nigth long", de Lionel Richie. "A utopia carnavalizada se revela pelo 'break' improvisado de um policial que parecia estar ali para reprimir", diz. "É a multiplicidade étnica e a polifonia inspirada por Bakhtin", finaliza.

Tropicália

Em "A questão das vanguardas: a tropicália", o prof. Celso Favaretto centralizou suas idéias no artista plástico Hélio Oiticica, um dos inspiradores do movimento tropicalista. Segundo Favaretto, a atividade de Oiticica mostra um percurso moderno de sentido épico: um esforço deliberado em reativar intuições construtivas e um impulso de desestatização, às vezes voltado para o desenvolvimento de práticas culturais que transgridem a normatividade modernista.

Para Favaretto, as proposições desencadeadas por Oiticica dão mostras das vanguardas que se estendem do final dos anos 50 aos anos 70. Considerando Oiticica excêntrico e visionário, Favaretto afirma em seu discurso que o artista plástico buscava conciliar o branco no branco malevitchiano e o desregramento de todos os sentidos, numa linguagem em que o conceitual e o fenômeno vivo se articulam. Diante da diversidade das tendências que pretendem pôr em causa o significado da pintura e do processo estético em geral, Oiticica não se deixa determinar exclusivamente pelas soluções predominantes: de um lado as provenientes do circuito internacional e de outro por aquelas que no Brasil pretendem assumir o conflito entre experimentação e participação social.

A posição específica de Oiticica na vanguarda brasileira, pode ser definida, segundo Favaretto, com o "Parangolé". Formulado como um programa de redefinição das operações artísticas e do significado da arte, não se sabe ao certo se o "Parangolé" propõe-se como uma nova função objetiva da arte. Para Favaretto, a antiarte de Oiticica produz um campo de estruturas abertas em que a invenção exercita-se como proposição vivencial. "Conjuga linguagens, espaços e tempos dispersos, reconceituando a arte cujo objeto se desintegra e a imagem se recria", diz.

Para Favaretto, "o 'Parangolé' é também a descoberta da conexão entre o coletivo e a expressão individual; a experiência do inconformismo social que ultrapassa o mero interesse por mitos, valores e formas de expressão de vivências populares".

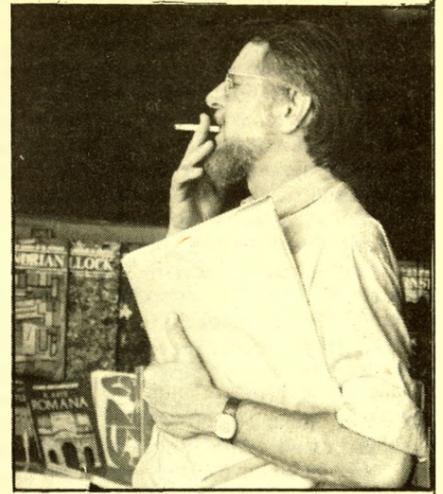
Utopia e vanguarda

"A utopia não é uma característica do imaginário", afirma o prof. Teixeira Coelho em sua conferência "Utopia e vanguarda em fim de século". Para o professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, o imaginário é o universo da produção simbólica que aciona a dinâmica sócio-cultural e que, em sua função de promover o equilíbrio antropológico, tem como razão de ser a luta contra a angústia diante da passagem do tempo e da morte. Teixeira Coelho afirma que por trás da utopia está a idéia de ruptura, uma das dimensões do imaginário, da segurança e do conflito. "A relação entre as três está no equilíbrio do homem e do grupo social, em sua luta contra a entropia e o caos. Num determinado instante, uma delas pode prevalecer sobre as outras sem extingui-las de todo".

Segundo Teixeira Coelho, o imaginário da ruptura, que concentrava-se na política, pode passar para a arte e depois para o misticismo ou para o messianismo. "O imaginário da ruptura é o que propõe a idéia de um futuro diferente, enquanto o imaginário da segurança gera adesão à ordem das coisas e o do conflito anima oposições dentro dos limites da sociedade e da cultura existentes".

O advento da Nova República e o miticismo criado em torno do ex-presidente Tancredo Neves ilustre bem a questão do imaginário na política. Coelho diz que todos se espantam com a Nova República e a manutenção de um sistema que fora anteriormente torpedeado pela maioria da sociedade. "Porém, a opção por Tancredo Neves foi muito mais uma adesão à ordem das coisas do que um desejo de ruptura. Queria-se antes uma restauração. E os sinais de confirmação dessa tendência só fazem se multiplicar: Jânio Quadros foi eleito diretamente pelo povo e depois o mesmo aconteceu com Orestes Quércia, governador de São Paulo".

Embora as artes não façam necessariamente parte do imaginário de ruptura, a situação não é diferente. No cinema, as leis de mercado devem ser seguidas e com elas os esquemas estéticos que, no máximo, levam ao conflito dentro dos limites estabelecidos. Teixeira Coelho cita como exemplos os cineastas Hector Babenco e Louis Malle, realizadores de filmes em tons pastéis, na forma e no conteúdo. Eles radicalizaram suas tentativas de inserção no mercado e se mudaram para os Estados Unidos. Segundo Coelho, o teatro encontra-se em situação idêntica, após a grande epopéia de ruptura do final da década de 60. A arquitetura, por sua vez, regrediu à problemática dos anos 20, quando os artistas estavam preocupados em se atualizar em relação ao que fazia a Europa. "Hoje, a meta é acompanhar as produções do pós-moderno", diz.

A verdade, segundo Teixeira Coelho, é que as figuras da ruptura, que englobam as da utopia, existem mesmo. O que não se pode afirmar ainda é se a arte vai reencontrar seu caminho até elas, ou quanto tempo levará nesse trabalho. "É difícil fazer previsões considerando que faltam 12 anos até o final do século". Dessa forma o professor da USP acredita que a idéia de vanguarda mostra-se imprecisa, inadequada e até mesmo prematura. **(A.C.)**

Favaretto: "Oiticica foi um excêntrico e um visionário."

Jornal da Unicamp

Campinas, dezembro de 1988

Quando arte e tecnologia se casam

Em cena a pintura sem suportes, a escrita sem papel e a tridimensionalidade da poesia.

A era dos supercondutores, das telecomunicações, dos computadores cada vez mais "inteligentes" e das viagens espaciais elegeu sua arte. Nesses últimos anos do século XX um movimento artístico com características estéticas próprias e uma linguagem específica de um universo cada vez mais tecnológico está ganhando forma, cores e sons próprios, a partir das relações entre a arte e a ciência, a "arte high-tech".

As associações da arte com a informática (infoarte), com a holografia (holopoesia), com as telecomunicações (telearte) e com o vídeo (vídeo poesia) são algumas das manifestações desse novo conceito artístico discutido no último dia da semana dedicada ao debate da arte e da cultura no seminário "Brasil Século XXI". É certo que o casamento entre a arte e a tecnologia foi marcado até agora por períodos de harmonia e crise conjugais. Mas de acordo com um dos pioneiros de uma dessas nascentes manifestações, o poeta português Ernesto Mello e Castro, os sucessivos equívocos que até agora caracterizaram esse relacionamento serão corrigidos quando surgirem cientistas capazes de entender que arte é uma condição tão exigente como a ciência e artistas preparados para compreender a ciência como um processo criativo. "Ambos então verificarão que a tecnologia avançada vai abrir novas e até agora insuspeitadas possibilidades à criatividade e à arte".

Mello e Castro afirma que se assiste hoje a uma verdadeira explosão da difusão da alta tecnologia como meio para produzir obras de arte que de outro modo não poderiam ser produzidas. Esta situação, "que é típica do final do século XX, propõe questões estéticas e éticas que deslocam decisivamente a consideração da produção artística para fora quer nos esteticismos decadentes quer nos progressismos utópicos tal como eles se puseram durante a maior parte do século XX", argumenta. Sob o ponto de vista estético, esclarece Mello, é o trabalho com a luz e com a desmaterialização da informação que caracteriza a nova arte, desligando-a dos suportes tradicionais e da sua pesada materialidade. "Já não se pinta com tintas em suportes mais ou menos rígidos; já não se escreve sobre o papel; a tridimensionalidade da escultura já não está ligada à pedra ou ao metal. Agora as cores são pura luz em movimento na infopintura; o texto adquire a fluidez das formas dinâmicas na vídeo poesia, e a tridimensionalidade torna-se virtual e penetrável na holopoesia", diagnostica.

O videopoema de Mello e Castro: "Novas possibilidades para a criatividade e a arte."

Miscelânea sedutora

Mello e Castro, porém, não fica apenas na retórica. Em quatro monitores de televisão instalados no auditório do Centro de Convenções da Universidade ele apresentou com imagens e sons uma das manifestações da "arte high-tech", a vídeo poesia. Herdeira conceitual da poesia concreta e visual deflagrada no Brasil e em Portugal no início dos anos 60, a vídeo poesia, segundo o poeta português, procura explorar todos os recursos operacionais da televisão para criar uma nova gramática baseada nas cores, nas formas e nos movimentos. "São usados elementos gramaticais do vídeo: a cor viva, não estável, diferente da cor da pintura, o movimento, o tempo e a mistura de imagens de signos um sobre os outros", define. No curioso trabalho mostrado a uma deslumbrada platéia, símbolos como interrogações e exclamações misturados a pronomes pessoais dançavam em um cenário de policromia na tela e ao ritmo de sons sintetizados e até de uma respiração ofegante. Essa miscelânea, na argumentação de Mello e Castro, dá um elemento de fascínio indispensável para a sedução dos novos leitores dessa forma de poesia, "que será usada para propor uma nova dinâmica no prazer da leitura".

Mas o efeito tanto da argumentação de Mello e Castro como de seu intrigante trabalho não é o mesmo em todos que hoje discutem a questão da arte e tecnologia. Eduardo Subirats, teórico espanhol com formação filosófica e exmembro do Instituto de Artes da Unicamp, critica o uso excessivo da tecnologia como uma ameaça à produção cultural. Ele argumenta que a tendência pela alta tecnologia exigirá que os artistas do futuro tenham muito dinheiro para desenvolver suas obras, o que será ruim para os países pobres do Terceiro Mundo. "Se essa tendência se confirmar corremos o sério risco de ficar sem artistas no País", ironiza. Para o professor Arlindo Machado, da PUC de São Paulo, a preocupação é estabelecer um projeto cultural mais especificamente estético para evitar que as novas tecnologias corram o risco de cair no vazio. "Aparelhos de videocassete reproduzem a história do cinema, hologramas imitam esculturas gregas, programas de **computer art** simulam estilos consagrados pela pintura, mas as potencialidades abertas por essas novas tecnologias não são suficientemente exploradas. Os equipamentos são substituídos por modelos mais poderosos antes que as inovações a nível estético tenham sido esgotadas", critica Machado.

Nova aliança

De qualquer forma, a harmonia entre arte e tecnologia depende de uma eqüidade de valores que impeça uma manifestação de sobrepor-se a outra. A advertência parte de alguém que acredita que é possível a parceria entre arte e tecnologia, o professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp, Laymert Garcia dos Santos. "Sabemos como são perturbadas e perturbadoras as relações entre a arte e a técnica no mundo moderno. Sabemos também quanto a cultura ocidental se habituou a colocar a questão dessas relações em termos de dualidade, de alternativa, até mesmo de polarização, de oposição e conflito. Sabemos, enfim, que a arte e a técnica podem manter relações de exploração mútua. Mas não nos interessam as rivalidades ou a pretensa superioridade de uma sobre a outra. O que devemos, e podemos, é querer ir ao encontro da nova aliança, do renascimento", propõe Laymert.

Para que tal acontecimento se dê, entretanto, é necessário que se produza um trabalho que seja ao mesmo tempo artístico e técnico, ressalta, como é preciso também uma outra concepção do valor da criação artística e da invenção técnica. A invenção da câmera pelos irmãos Lumière e a primeira criação cinematográfica ilustram essa relação de que fala Laymert. "O cinema nasceu nesse momento; não era apenas uma questão de técnica, ou simplesmente um novo modo de reproduzir o mundo. O que veio à luz foi um novo princípio estético", observa. "Há, portanto, invenção técnica e criação artística. Mas o importante é que nesse caso uma e outra existem juntas e consagram uma certa relação homem-máquina, relação que é de complementaridade, e não de subordinação, que é de produção e não de exploração."

O estabelecimento de princípios para a convivência harmoniosa entre arte e tecnologia também é defendido por Mello e Castro. "A alta tecnologia contém um número infinito de recursos para melhorar a vida e desenvolver a criatividade e a dignidade humana. Basta que seja usada segundo princípios morais adequados por cientistas, investigadores, médicos, engenheiros, sociólogos e, evidentemente, por artistas conscientes e devidamente preparados." Para o poeta, essa deve ser a postura ética de uma nova filosofia que irá projetar-se no século XXI: "Cumpre aos artistas usar a high-tech para produzir a arte e a fruição da beleza que as transformações perceptivas da nossa própria existência vão a cada momento originando. Será esse o caminho para as novas e talvez únicas condições de sobrevivência". **(P.C.N.)**

Quanto pesa a indústria cultural do País?

O seminário que discutiu os rumos da arte e da cultura na virada do século foi encerrado com uma observação no mínimo interessante: a indústria cultural tem um peso surpreendente na economia do país. A constatação foi feita por Marco Aurélio Albanezi, coordenador de estudos e pesquisas do Instituto de Promoção Cultural (IPC), vinculado ao Ministério de Cultura (MinC), a partir de um estudo preliminar do IPC com o objetivo de mensurar o PIB cultural do país.

Os dados ainda são imprecisos e não proporcionam uma dimensão estatística completa da indústria cultural nacional. Mas de acordo com Albanezi, é possível identificar que, no geral, a indústria cultural como um todo bem como seus diversos subsetores cresceram mais do que a média da totalidade do setor manufatureiro e que isso estaria a indicar a vitalidade da indústria cultural em relação às demais indústrias manufatureiras.

O estudo, desenvolvido pelo MinC em convênio com a Fundação João Pinheiro (MG) e denominado "A indústria cultural no quadro da economia brasileira", procurou traçar o perfil econômico da indústria cultural brasileira, de 1949 a 1980, situando-a no contexto geral da economia do país. Outra finalidade foi gerar estatísticas para o setor, que no que diz respeito às suas contas básicas — produção, renda e dispêndio — ainda não se encontra detalhado no sistema de Contas Nacionais do Brasil. Foram inicialmente analisados os segmentos da imprensa periódica e editora de livros e folhetos, da produção de espetáculos de artes cênicas e música, da produção de instrumentos musicais e os setores cinematográfico, fonográfico, de radiodifusão e teledifusão.

A pesquisa, relata Albanezi, mostra que no geral os resultados obtidos foram os esperados para um país como o Brasil. Ou seja, seria de se esperar a ocorrência de um acréscimo na produtividade média da mão-de-obra. Assim, para a totalidade da indústria cultural, a produtividade elevou-se em todos os períodos considerados.

Marco Aurélio Albanezi ressalta, porém, que, apesar de importante, o estudo ainda necessita de complementação para se chegar ao objetivo inicial do projeto, que era estabelecer a estrutura do PIB cultural. "Ao invés de termos apenas um perfil, é ideal que se tenha um diagnóstico mais profundo da indústria cultural, com a continuidade desse trabalho", esclarece. "Mensurar o PIB cultural do país é importante não para interferir na criatividade ou no criador, mas para incentivar ou desincentivar determinados setores, sabendo de sua interferência na economia no Brasil." ***(P.C.N.)***

Albanezi: "Também na indústria cultural a produtividade elevou-se a níveis consideráveis".

Entrevista: Plínio Dentzien

De olho na Bolonha paulista

Para o austero "Le Monde", de Paris, o Brasil "guinou à esquerda". Já o "El País", de Madri, compara a "um terremoto" o que aconteceu em cidades como São Paulo, Porto Alegre, Vitória e dezenas de outras pelo país afora onde a estrela do PT ofuscou todas as outras. Mas também o PDT de Brizola voou alto: conquistou cinco capitais, inclusive o Rio, e inúmeras cidades do interior. O PSDB de Covas, que nasceu para colocar-se à esquerda do partido que renegou — o "arenizado" PMDB — ganhou a terceira maior cidade brasileira, Belo Horizonte. O que significa tudo isso? Para jogar luz sobre o fenômeno, o "Jornal da Unicamp" conversou com o prof. Plínio Dentzen, cientista político do IFCH da Unicamp e especialista em eleições.

Jornal da Unicamp — A expansão dos partidos à esquerda, como o PT e o PDT, nas recentes eleições municipais, significaria uma esquerdização da consciência nacional?

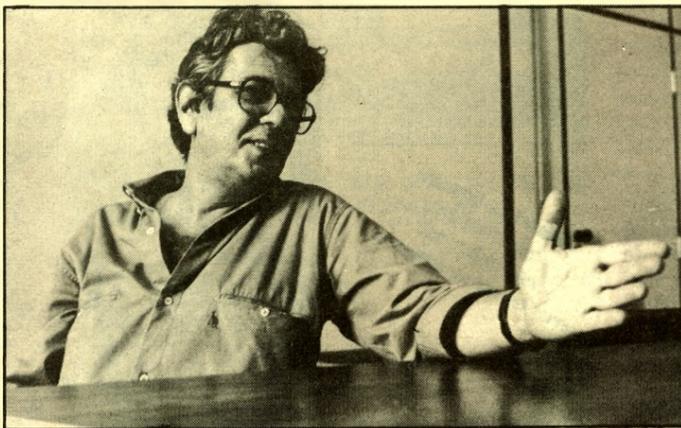
Plínio Dentzien — Penso que não. Ao lado do crescimento do PT e do PDT, tivemos também a expansão do PTB, claramente uma legenda de aluguel que abriga hoje, em diferentes lugares, pessoas de direita, de centro e de esquerda. Trata-se de um partido de difícil análise porque, não obstante destituído de perfil ideológico, teve um crescimento quantitativo impressionante. O que esse partido elegeu de prefeitos é uma verdadeira loucura! Isso faz dele uma possível base de lançamento de candidaturas presidenciais de direita, como a do Jânio ou a do Antônio Ermírio. O Ermírio só tem um porta-aviões para lançar a candidatura dele, que é o PTB — por enquanto. A explosão do PT em 88 compara-se à do MDB em 74, mas com a diferença de que naquela ocasião as eleições eram estaduais, e estas municipais. Ambas têm um conteúdo de esquerda, mas antes de mais nada contêm um sentido de protesto generalizado.

JU — Mas o PT e o PDT são esquerda programática, enquanto o programa do MDB não se pode qualificar como propriamente de esquerda...

Plínio — Sim, mas não se pode interpretar como de esquerda todos os votos do PT, por exemplo. Ele tem um núcleo razoavelmente programático. Todavia há um grande contingente de eleitores que, ao votar no PT, ou apostou no novo ou não apostou em nada, isto é, esse eleitor se disse: "Bom, o único partido que é contra os homens que estão aí é o PT, portanto..." Creio que se repete também o que ocorreu no Rio de Janeiro em 82, com a eleição do Brizola. A única candidatura que era contra tudo — a nível federal, estadual e municipal — era a do Brizola. Em 88 o PT era o único partido que estava se pondo contra tudo. Isso não pôde ser feito pelo PSDB na maioria dos lugares onde marcou presença, porque na maioria desse lugares — e o melhor exemplo é Campinas — ele era contra o governo federal e o estadual, mas era situação local.

JU — Tal como estão hoje colocadas as forças políticas, tem-se a nítida impressão de que as esquerdas não só são maioria como de resto esmagaram as lideranças políticas tradicionais. Essa impressão será duradoura ou o tempo retirará das cinzas os políticos clássicos?

Plínio — Olha, é interessante ver como o PMDB já está falando até em anticandidatura. O PMDB fica com dificuldades gigantescas. Quem é o nome do PMDB capaz de ir para o segundo turno nas eleições presidenciais de 89? Eu só vejo uma saída, que não sei se é viável: reabsorver um pedaço do PSDB e soltar o Covas. Mas mesmo o Covas vai ter dificuldades brutais, porque também o seu espaço foi vastamente ocupado pelo PT, que se tornou assim uma alternativa plausível para uma eleição presidencial. Se ganha ou não, é cedo para dizer, porque imagino que se o PT chega ao segundo turno a frente que vai se formar contra ele será igualmente gigantesca.

JU — Essa frente pode já não estar em ação a partir de janeiro até 3 de outubro (o dia das eleições em seu primeiro turno) através de retaliações às administrações petistas?

Plínio — Lamento dizer que sim. Penso que o PT até lá não terá qualquer refresco. Nem da parte da União, nem dos Estados. Mesmo que não haja sabotagens explícitas, é certo que o PT financeiramente vai ter de se virar por conta própria. Mas a grande incógnita não é essa. A incógnita é saber qual o tipo de relação que o partido vai conseguir estabelecer com os setores que sempre foram a sua base, ou seja, os movimentos sociais reivindicatórios. Ele sempre esteve ao lado desses movimentos, diante do Estado. Bom, agora ele é o Estado na instância municipal. O problema da ocupação de terras, por exemplo: o PT tem um compromisso programático de resolver isso. Se há uma trégua dos movimentos sociais, como se noticia, ela será curta. Acho que aí pode haver problemas.

JU — Uma vertiginosa aceleração histórica vem apressando o desgaste dos partidos políticos majoritários desde 1966. A Arena, por exemplo, levou menos de dez anos para começar a perder terreno. Ao PMDB bastaram três anos de poder para naufragar na impopularidade. Que chances tem o PT de evitar que isso lhe aconteça?

Plínio — Não dá para comparar com o fenômeno de 86, por exemplo, quando o PMDB elegeu todos os governadores menos um. O PT ganhou algumas dezenas de municípios, embora entre esses se inclua a cidade de São Paulo. Não aflige o PT o incômodo de ter se tornado partido único. Além disso o prazo até as eleições presidenciais é suficientemente curto, seja para permitir que o PT mostre uma brilhante competência, seja para que demonstre uma incompetência gigantesca. Todavia, os acertos e os desacertos numa cidade como São Paulo — que tem o terceiro PIB do país e representa 10% do eleitorado nacional — vão ser multiplicados por 10, 20 ou 30, porque o Brasil inteiro está olhando para São Paulo. O efeito irradiador é imenso. A rigor, foi uma vitória cara, essa do PT. As pessoas vão querer saber como esse grupo de gente tão organizada e tão ideologicamente plantada executa as suas idéias. Se der certo nas cidades em que triunfou, especialmente São Paulo, aí o seu projeto ideológico realmente pode vingar. Caso contrário, fica mais difícil.

Dentzien: "Ainda é cedo para prever a reação das forças conservadoras".

JU — Em caso de triunfo administrativo dos chamados partidos de esquerda (PT, PDT) e de sua eventual vitória nas eleições presidenciais, como reagirão, em sua opinião, as oligarquias, a direita em geral e os militares?

Plínio — Vamos tomar como exemplo o que aconteceu na Itália há alguns anos atrás, quando o Partido Comunista ganhou a prefeitura de Bolonha. Eu já ouvi mesmo por aí a expressão "Bolonha Paulista". Como se sabe, o PCI conseguiu transformar Bolonha numa vitrine, com amplo impacto propagandístico. A Itália inteira estava diante de um cidade bem administrada, eficiente e sem corrupção. Bom, se o PT realiza isso, estou certo de que capitaliza um enorme apoio para a sua constitucionalidade, inclusive do grupo mais nacionalista do Exército.

JU — O sr. acha, então, que no âmbito das forças armadas o PT não apresenta o rosto do "perigo vermelho" representado pelas facções comunistas?

Plínio — De cara, deve-se lembrar que o grande problema dos militares com o PC sempre foi sua dependência em relação à política externa da União Soviética. O anticomunismo dos militares tem a ver principalmente com isso. Contra o PT não dá para jogar esse discurso. Dá para jogar, sim, o discurso antimarxista, mas este não foi ainda exteriorizado principalmente porque o PT ainda não se caracterizou claramente como tal. Mas creio que em algum momento vai se colocar para o PT a questão da social-democracia. Ainda é cedo para prever como as forças conservadoras vão reagir.

JU — Fala-se que, com a polarização entre esquerda e direita, o centro e o centro-esquerda teriam desaparecido. Isso vale para as eleições presidenciais?

Plínio — Para as eleições de outubro próximo, o mais seguro é analisar pessoas, e não partidos ou linhas ideológicas. Se tomamos o senador Mário Covas como um representante do centro-esquerda, vamos ver que sua situação se complicou consideravelmente em novembro passado. Ele terá de disputar, dentro de São Paulo, com uma força que é hoje tão grande quanto a sua. Ele não é mais o único grande nome de São Paulo. Antes das eleições, não eram poucos os petistas que afirmavam preferir ter de optar entre alguém de direita e o Covas do que entre alguém de direita e o Brizola. Eu acho que esse discurso agora vai mudar, porque se o PT não se acreditava viável para chegar a um segundo turno na eleição presidencial, agora a história é bem outra. Com isso o espaço do Covas se reduz. Quanto ao Brizola, é um engano pensar que seus problemas são menores. **(E.G.)**

Unicamp dá cinco secretários municipais

O Partido dos Trabalhadores, que elegeu o sindicalista Jacó Bittar para ser o novo prefeito de Campinas, foi buscar nas universidades — Unicamp e Puccamp — os nomes para compor o secretariado. Quebrando uma prática política habitual esses nomes foram escolhidos ao longo da campanha eleitoral. Dos 10 secretários que irão administrar a cidade nos próximos quatro anos, cinco são professores e pesquisadores da Unicamp. Abaixo um pequeno perfil de cada um deles e de suas idéias. Da Unicamp também saiu uma das vereadoras do PT, a socióloga Vanda Russo, diretora técnica do SAE (Serviço de Apoio ao Estudante).

Educação

Melhorar a qualidade de ensino e democratizar o acesso às escolas públicas são os princípios básicos que nortearão o trabalho do educador Newton Paciulli Bryan, 41 anos, chefe do Departamento de Administração e Supervisão Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp. Nos últimos anos Bryan tem se dedicado a pesquisas na área de administração e planejamento de ensino. Sua experiência vem sendo repassada a estabelecimentos de ensino de São Paulo, Sergipe e Minas Gerais através de cursos para diretores de escolas. Seu trabalho atravessou fronteiras uma vez que foi estendido ao Uruguai e à África. Bryan está completando seu doutorado em Educação.

Cultura

Levar cultura às classes populares, de forma mais espontânea e menos dirigida é a meta do historiador Marco Aurélio Garcia, 47 anos. Professor do Departamento de História e diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (centro de pesquisa e documentação de história social) da Universidade, Marco Aurélio pretende romper com a política cultural dirigida pelo Estado. Quer também criar condições para a ampla atuação dos profissionais da área através da dinamização do setor cultural. Marco Aurélio deseja colocar Campinas no circuito cultural do eixo Rio-São Paulo, enriquecendo assim a vida cultural da cidade.

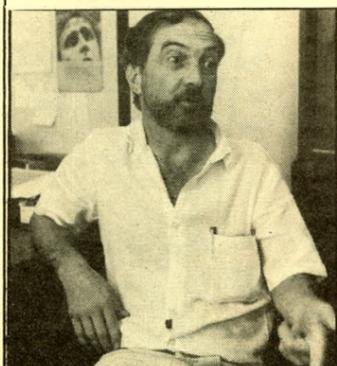
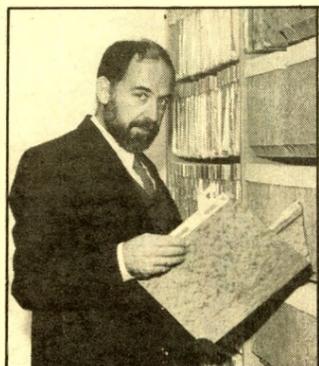
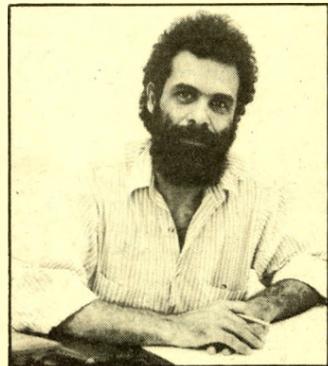
Finanças

Especialista em economia brasileira e teoria monetária financeira, Paulo Davidof, 46 anos, docente do Instituto de Economia, será o responsável pelo gerenciamento orçamentário da Prefeitura. Sua experiência ultrapassa as atividades acadêmicas uma vez que já atuou como consultor em várias empresas estatais (Fepasa, IPT e Ceagesp, entre outras). Trabalhou ainda na Secretaria de Economia do governo do Estado e na Fundap (Fundação do Desenvolvimento Administrativo Paulista).

Transportes

A municipalização gradativa do sistema de transportes de Campinas é um dos objetivos do novo Secretário de Transportes, prof. Jurandir Fernando Ribeiro Fernandes, 40 anos, da Faculdade de Engenharia Elétrica. Melhorar o sistema viário na cidade através de sua otimização é a grande preocupação do prof. Jurandir, especialista da área com pós-doutorado em Otimização de Sistemas no Laboratório de Automação e Análise de Sistemas em Toulouse (França). Foi vice-presidente do Partido dos Trabalhadores na cidade, de 1983 a 1985, período em que também participou da organização do Comitê de Defesa dos Usuários do Transporte Coletivo de Campinas.

Saúde

Integrante do corpo docente do Departamento de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas, Gastão Wagner Souza Campos, 36 anos, vem questionando o sistema de saúde vigente no Brasil. Publicou recentemente os livros "Os Médicos e a Política de Saúde" e "Saúde Pública e Capitalismo", que refletem essa preocupação. Atuou como médico em Saúde Pública no município de Santo André por cinco anos. Dirigiu o Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo em 1979. Foi um dos fundadores do Ambulatório de Saúde do Trabalhador de Campinas e integrou o grupo de trabalho que elaborou o Plano de Reforma Sanitária de Campinas (as chamadas Ações Integradas de Saúde.) **(G.C.)**

Bryan: administração e planejamento do ensimo.

Marco Aurélio: romper com a política cultural do Estado.

Davidof: especialista em teoria monetária.

Jurandir: melhorar o sistema viário da cidade.

Gastão: questionador do sistema de saúde vigente.

Villalobos, nosso homem em Oxford

Durante seis meses, ele vai falar aos estudantes britânicos sobre o Brasil e os brasileiros.

O sociólogo André Villalobos é o primeiro professor da Unicamp a ocupar, no período de janeiro a junho de 1989, a cadeira "Sérgio Buarque de Hollanda" de Estudos Brasileiros, instituída pela Universidade de Oxford, Inglaterra, através do St. Antony's College, onde funciona um Centro de Estudos Latino-Americanos.

Trata-se de um acordo de cooperação entre a Unicamp e a Universidade de Oxford, visando ao intercâmbio de professores e pesquisadores nas áreas de Economia, Ciência Política, História, Sociologia, Antropologia e Literatura.

Villalobos, professor titular de Sociologia do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), fez graduação na USP, mestrado na Universidade de Paris e doutorado na Unicamp, onde está desde 1968. Seu trabalho junto à cátedra da Unicamp em Oxford se dará basicamente através de seminários e da discussão com estudantes "no sentido de contribuir para a orientação de pesquisas sobre o Brasil". Além disso, deverá visitar outras instituições britânicas de ensino e pesquisa.

Villalobos buscará aprofundar, na Inglaterra, seus temas de pesquisa.

Pesquisas

Villalobos atualmente está trabalhando em três linhas básicas de pesquisa: "Novas classes médias assalariadas", "Políticas sociais e regulação estatal" e "Impactos sociais de novas tecnologias".

"Com relação às classes médias", diz ele, "meu trabalho é mais conceitual. Estou estudando os determinantes do caráter estratificado dessas classes e as linhas de clivagem que as atravessam. O caráter assalariado as aproxima do proletariado, mas as novas classes médias assalariadas são objetivamente distintas do proletariado e se percebem dessa forma. Por várias razões: a formação educacional, o tipo de profissão, as redes sociais etc. Mas também, e talvez sobretudo, pelo salário, ou pelo papel que o salário tem na sua diversificação, no estabelecimento das distâncias sociais, da estratificação/hierarquização etc".

"Mas, se a preocupação da pesquisa é mais teórica", diz ele, "isso não me impedirá de falar aos estudantes e pesquisadores de Oxford sobre o papel das novas classes médias na estrutura social e no processo político brasileiro, sobretudo no período pós-64". Numa outra linha de seminários, os temas serão sobre políticas sociais, no mesmo período pós-64 e, num terceiro — a área que mais absorve Villalobos no momento — a questão da articulação entre mudança tecnológica e desenvolvimento social, "visando a compreender os possíveis impactos sociais da introdução e difusão das novas tecnologias de base microeletrônica que conduzem ao avanço da automação industrial e à informatização dos serviços", diz ele.

Pela própria natureza dos seminários, o professor terá a oportunidade, segundo ele, de aprofundar-se mais na reflexão crítica sobre essas linhas de investigação, assim como, em função de suas características, ensaiar um esboço de estabelecimento de conexões e articulações mais sistemáticas de processos e tendências atualmente em curso nas sociedades contemporâneas mais desenvolvidas. Isso deverá ser possível até pelas vantagens comparativas do acesso à informação relevante, em suas áreas de interesse, estando na Grã-Bretanha, onde vários temas de sua preocupação são postos em evidência na forma em que aquele país está enfrentando a crise atual. **(A.R.F.)**

Vestibular 89

Medicina mantém a preferência

Logo após vêm os cursos de Engenharia Elétrica, Odontologia, Computação e Ciências Biológicas.

Começa neste 4 de dezembro a corrida para as 1.615 vagas oferecidas pela Unicamp em seu Vestibular-89. Qualificada como a universidade pública mais procurada do país, a Unicamp ampliou neste ano em 40 o número de vagas que serão disputadas por 30.932 candidatos. Uma das novidades do Vestibular-89 foi a criação do curso de Música Popular, que apresenta 227 candidatos para apenas 20 vagas. Medicina mais uma vez posiciona-se como o curso mais procurado, com 7.260 inscritos concorrendo a 70 vagas (relação candidato/vaga: 80,7).

Dos cursos oferecidos pelo Departamento de Música do Instituto de Artes da Unicamp, Regência, Composição, Instrumento e Música Popular, este último, oferecido pela primeira vez, constitui-se no mais procurado do departamento. Simples razão: é o primeiro curso oferecido a nível de graduação por universidades da América Latina. Com duração de quatro anos e desenvolvido em período integral, o novo curso pretende formar arranjadores, instrumentistas, compositores e criadores de "jingles". Música Popular terá um núcleo de matérias comuns aos demais cursos oferecidos pelo Departamento de Música, como história da Arte, Estética, Introdução à Filosofia e Teclados.

Candidato/vaga

Foram bastante discretas as alterações da relação candidato/vaga de 88 para este ano (ver quadro). Medicina manteve sua posição, subindo de 80 para 80,7. Engenharia Elétrica, que no ano passado estava em terceiro lugar com 45,8, mesmo mostrando ligeira queda para 45,6, ocupa agora a segunda posição, deixando Odontologia em terceiro lugar, com 41,7 candidatos por vaga. Computação com 39,3 é o quarto curso mais procurado e Ciências Biológicas com 34,1, o quinto; ambos repetem as posições registradas em 88.

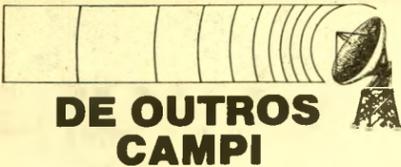
Segundo levantamento elaborado pela Comissão Permanente para os Vestibulares (Convest) — órgão responsável pela realização dos exames dos 30.932 concorrentes, 47% são mulheres, enquanto o público masculino representa 53%. Na opção por áreas, os homens superam as mulheres somente em Ciências Exatas e Tecnológicas: 70% contra 30%. Nas demais áreas registra-se acentuada supremacia feminina: Humanas, 58% contra 42%; Artes 65% contra 35% e Biológicas e Saúde, 62% são mulheres, enquanto os homens são apenas 38%.

Ao estender seus postos de inscrições a outras capitais e grandes cidades fora do Estado de São Paulo, a Unicamp atraiu neste ano cerca de 3.000 candidatos procedentes de outros estados, o que significa quase 10% da totalidade dos inscritos. Rio de Janeiro, 1.400 concorrentes, é o Estado com maior número de candidatos.

Segundo o coordenador do vestibular da Unicamp, prof. Jocimar Archangelo, os alunos não devem temer os exames. "O nível das provas será o mesmo registrado em 88", diz. Archangelo lembra que somente serão classificados para a segunda fase do vestibular os candidatos que obtiverem resultados iguais ou superiores à média 5.**(A.C.)**

Relação candidato/vaga

	Número de inscritos	Número de vagas	Relação cadidatos/vagas
TOTAL GERAL	30.932	1.615	19,0
ÁREAS			
Biológicas - Sáude	12.902	290	44,5
Exatas e Tecnológicas	13.705	875	15,7
Humanas	3.522	320	11,0
Artes	803	130	6,2
CURSOS			
Matemática	113	35	3,2
Estatística	226	70	3,2
Computaçao	2.751	70	39,3
Física	551	70	7,9
Química	526	70	7,5
C. Biológicas	1.365	40	34,1
Eng. Agrícola	468	40	11,7
Eng. Química	1.332	70	19,0
Eng. Mecânica	1.855	70	26,5
Eng. Elétrica	3.195	70	45,6
Eng. Civil	814	70	11,6
Eng. Alimentos	1.196	70	17,0
Odontologia	3.339	80	41,7
Medicina	7.260	90	80,7
Ciências Sociais	445	50	8,9
Ciências Econômicas	1.577	70	22,5
História	310	30	10,3
Pedagogia	497	90	5,5
Enfermagem	317	30	10,6
Música	227	60	3,8
Dança	167	25	6,7
Letras e Lingüística	545	50	10,9
Educação Artística	214	20	10,7
Artes Cênicas	195	25	7,8
Educação Física	621	50	12,4
Matemática Aplicada	207	35	5,9
Matemática Noturno	190	45	4,2
Filosofia	148	30	4,9
Tec. Sanitária	75	30	2,5
Tec. Edifícios	89	30	2,9
Tec. Solos	117	30	3,9

DE OUTROS CAMPI

Vacina I — A Fundação Oswaldo Cruz está iniciando testes com uma nova vacina contra a Febre Amarela. O trabalho foi apresentado no Simpósio Internacional de Febre Amarela e Dengue realizado em maio, no Rio de Janeiro. Segundo Akira Homma, um dos coordenadores do projeto, os resultados finais ainda levarão algum tempo para a comprovação da eficiência da vacina, pois ainda não foram testados os efeitos da imunização sobre o sistema nervoso. A vacina representa um grande avanço em relação ao método atualmente utilizado, pois é feita em cultura de células (fibroplastos), dispensando os tradicionais embriões de galinha (ovo fecundado). Isso representa um avanço considerável em termos de qualidade e quantidade, podendo produzir-se até 4.500 doses de vacina, enquanto que, pelo método atual, a produção é de 300 doses.

Vacina II — Um grupo de cientistas coordenado pelo prof. Wilson Mayrink Veiga, da Universidade Federal de Minas Gerais, conseguiu produzir artesanalmente um antígeno contra a Leishmaniose, doença edêmica que contaminou cerca de 17 mil pessoas só em 1986. A comercialização do antígeno, cujas pesquisas começaram na década de 40, depende agora da aprovação do Ministério da Saúde e do interesse de algum laboratório. Capaz de imunizar 50% das 9 mil pessoas em que foi testada, a substância é composta por germes vivos, o que evita, por exemplo, que se produzam eczemas no local da aplicação.

Aspirina salva bebês — Pequenas doses de aspirina podem evitar partos prematuros e a ocorrência de natimortos. Essa é a conclusão a que chegou um grupo de pesquisadores do Hospital Universitário de Roterdam, na Holanda, que acompanharam a gravidez de cinqüenta mulheres que abortavam regularmente. Após tomarem uma dose diária de 60 miligramas de aspirina, 48 delas tiveram filhos saudáveis e com peso normal, comprovando que "a terapia funciona", segundo o porta-voz do hospital. Praticamente sem efeitos colaterais, o tratamento deverá ser estendido a outros hospitais holandeses e ingleses.

Cebolas — Uma técnica de armazenamento de cebolas à temperatura ambiente por um período de até cinco meses foi desenvolvida pela engenheira de alimentos Satie Kimura, do Centro Nacional de Treinamento e Armazenagem, com o apoio do Fundo de Incentivo à Pesquisa Científica do Banco do Brasil. Baseada principalmente na escolha do ponto ideal de colheita e no correto manuseio, a nova técnica permitirá a prevenção de doenças e reduzir as perdas ao mínimo.

Tartarugas — Vinte e cinco mil filhotes de tartarugas de quatro espécies diferentes foram jogados ao mar por pesquisadores da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) na Reserva Biológica de Comboios e na Praia da Povoação, no litoral do Espírito Santo. Entre as espécies, está a tartaruga gigante Dermochelys coriacea, em vias de extinção, que só desova naquela região. A iniciativa faz parte do Projeto Tamar do IBDF, que mantém equipes de técnicos e cientistas para proteger as tartarugas também na Bahia, Sergipe e Fernando de Noronha.

Sensoriamento — Até o final deste ano, deverá entrar em funcionamento na Universidade de Brasília um Centro de Sensoriamento Remoto do Centro-Oeste, com capacidade para analisar imagens conseguidas por satélites e com a finalidade de essencial de formar profissionais especializados. No Brasil existem atualmente outros seis laboratórios computadorizados similares, ficando o principal no Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos.

Educação Física — O Instituto de Biologia da Unesp (campus de Rio Claro) vai realizar, nos próximos dias 27, 28 e 29 de abril de 1989, o II Simpósio Paulista de Educação Física. Promovido pelo Departamento de Educação Física da Unesp, coordenado pelo prof. José Maria Camargo Barros, esse simpósio será constituído de mesas-redondas, conferências e apresentação de temas livres. Informações: Av. 24-A, 1.515, Bairro Bela Vista — CEP 13500, Rio Claro (SP) — fone (0195) 34-0244, ramais 40 e 41.

Logotipo — A Sociedade de Ecologia do Brasil está promovendo um curso para a criação de um logotipo da entidade. Os interessados deverão enviar o projeto gráfico para a secretaria da Sociedade, em nome da profa. Sâmia Maria Tauk, no Departamento de Ecologia do IB — campus de Rio Claro. Endereço: Caixa Postal 178 — CEP 13500 — Fone (0195) 34-0244. Um dos prêmios será a concessão do título de sócio da Sociedade.

VIDA UNIVERSITÁRIA

ENCONTROS

Materiais — De 12 a 15 de dezembro acontece no Centro de Convenções da Universidade o 8.° Congresso Brasileiro de Engenharia de Ciências dos Materiais (CBCIMAT). O evento será realizado das 8h00 às 19h30 nas salas I, II e III e no Ginásio Multidisciplinar. Informações pelo fone (0192)39-1301, ramal 2201, Departamento de Física Aplicada do Instituto de Física, com Osvaldo.

EM DIA

Lattes recebe prêmio — O físico César Lattes, professor emérito do Instituto de Física da Unicamp, recebeu no dia 3 de outubro último o prêmio "Ciências" oferecido pela Academia de Ciências do Terceiro Mundo, sediada em Trieste (Itália). Lattes foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Pesquisa Físicas (CBPF) do Rio de Janeiro. É um dos pesquisadores mais conhecidos e respeitados internacionalmente em função de sua descoberta do "méson-pi", partícula de fundamental importância nas ligações dos núcleos com prótons e neutrons.

Moção de protesto — O Instituto de Física da Unicamp aprovou uma moção de protesto contra o orçamento da União para o ano de 1989. O orçamento aprovado contempla cortes nos recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica. Esses cortes, de acordo com os físicos, "trazem prejuízos irrecuperáveis para a C&T. Até o momento, o Brasil vem investindo em pesquisa o equivalente a 0.7% do PIB enquanto nos países desenvolvidos esse índice varia de 3 a 4%.

Knobel eleito — Maurício Knobel, professor titular de psiquiatria do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, foi eleito vice-presidente da Federação Internacional de Psicoterapia Médica para o período 1988/1991. A eleição aconteceu na Suíça, durante a realização do XVI Congresso Mundial da Federação Internacional de Psicoterapia Médica, em outubro. No evento, Knobel falou sobre a importância da experiência e personalidade do psicoterapeuta.

Ex-alunos — Os ex-alunos da Unicamp interessados em receber o "Jornal da Unicamp" em casa ou no local de trabalho devem telefonar ou escrever para o Escritório de Ex-Alunos da Universidade Estadual de Campinas, caixa postal 6197 — CEP 13081, Campinas (SP), fone (0192)39-1301, ramal 3140.

Prêmio Rolex de Iniciativa — A Rolex promove pela quinta vez o "Prêmio Rolex de Iniciativa 1990" para projetos nas áreas de Ciências Aplicadas e Invenções, Exploração e Descobertas e Meio Ambiente. O objetivo é conceder ajuda financeiroa e estímulo a pessoas que demonstrem espírito de iniciativa na realização de projetos nessas três áreas do conhecimento. Serão cinco prêmios, cada um no valor de 50 mil francos suiços (cerca de Cz$ 72 milhões) e um cronômetro de ouro. Outras informações pelo fone (011)287-4533, ou à avenida Paulista, 2.006 - 14.° andar. Inscrições até 31 de março de 1989.

Em disco a arte Kaapor

Foram seis meses de convivência com os índios Urubu-Kaapor, em território maranhense, entre 1981 e 1982. A observação dos hábitos sociais e das manifestações culturais da tribo motivou o antropólogo Etienne Samain, do Departamento de Multimeios do Instituto de Artes da Unicamp, a produzir, entre outros trabalhos, um disco (álbum duplo) com 33 gravações originais de cantigas (flauta) e cantos de pajés. Lançado pela Gravadora Unicamp no último dia 25 de novembro, simultaneamente foi realizada uma exposição de fotografias onde o pesquisador retrata, através de 90 registros, suas impressões sobre os Urubu-Kaapor. O disco "Cantos e pássaros não morrem" apresenta tiragem inicial de mil cópias, que serão distribuídas para universidades e instituições de pesquisa. A documentação musicográfica dos Urubu-Kaapor é acompanhada de um encarte com comentários do prof. Samain que situam as composições escolhidas no seu contexto cultural e artístico. "Cantos e pássaros não morrem" foi realizado com apoio do Ministério da Cultura e do Fundo de Apoio à Pesquisa da Unicamp (FAP).

Etienne: álbum duplo.

FEL virá para o campus

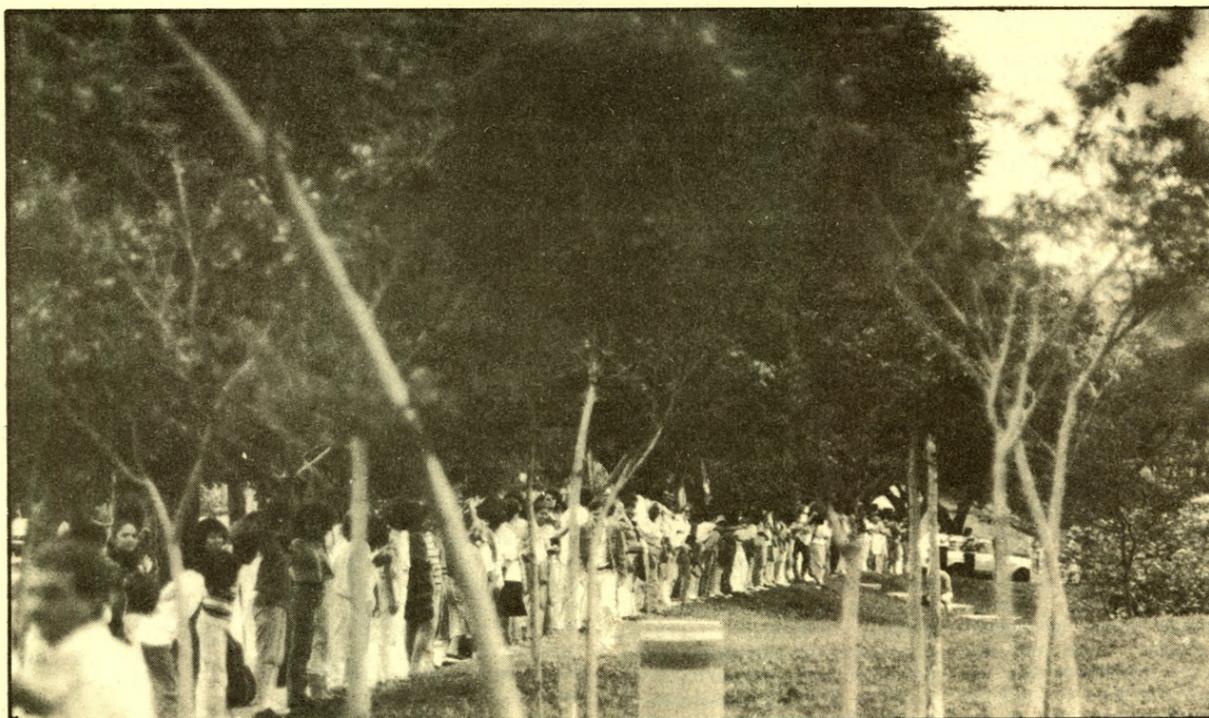
Os cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Engenharia de Limeira a partir de março de 1989 passarão a ser ministrados nas instalações do campus de Barão Geraldo, sob a administração da diretoria da FEL.

A transferência para Campinas — um problema que há muito vinha sendo discutido pela reitoria, docentes, alunos e pela direção da escola — foi aprovada no último dia 22 de novembro pelo Conselho Universitário da Unicamp.

Para o diretor da FEL, prof. Dayr Schiozer, essa mudança para o campus de Campinas, "significa a grande possibilidade de se criar, dentro de no máximo seis anos, uma escola de engenharia civil a nível internacional", tanto do ponto de vista acadêmico quanto de investigação científica. Outro ponto positivo é a sua aproximação com as demais engenharias da Unicamp, como a Elétrica, a Química e a Mecânica.

Por outro lado, o reitor Paulo Renato ressalta que Limeira não sofrerá prejuízos com a transferência, pois, na mesma reunião do dia 22, o Conselho Universitário decidiu também pela criação, em Limeira, do Centro Superior de Educação Tecnológica. "O campus da Unicamp em Limeira continuará funcionando normalmente e terá, inclusive, suas atividades ampliadas", diz o reitor. Serão oferecidos lá cursos de Tecnologia em todas as áreas das engenharias em que a Unicamp atua no momento. Os cursos de Mecânica e Elétrica, por exemplo, entrarão em funcionamento já em março do próximo ano.

Outra vantagem dessa transferêcia, segundo o prof. Dayr, é que todas as vagas remanescentes dos últimos quatro anos têm maior possibilidade de ser preenchidas por estudantes vindos de escolas privadas, "permitindo não haver vagas ociosas como temos hoje na universidade pública".

O passeio da câmera

Novembro de 1988: funcionários da Unicamp abraçam a Praça da Paz, num gesto que, por sua grandeza e beleza plástica, dificilmente será esquecido.

Entrevista

Chico volta à Universidade

Distante dos palcos durante 13 anos, ele confessou ter vivido terríveis pesadelos. "Eu me via diante do público sem violão, sem microfone, desamparado", disse o cantor e compositor Chico Buarque. Enquanto calçava meias e chuteiras para participar de uma "pelada", Chico conversou informalmente com jornalistas em seu apartamento no Hotel Solar das Andorinhas, no dia anterior ao show "Francisco", que lotou o Ginásio Multidisciplinar da Unicamp. Lata de soda-limonada à mão, o cantor falou da presença constante das mulheres em suas músicas e de textos para teatro. Fez comentários sobre a Constituinte, criticou políticos e comparou os movimentos estudantis de hoje aos de vinte anos atrás, quando era militante. Também deixou evidente sua opinião sobre o país: "Não vejo perspectivas".

Terminada a entrevista, curiosamente, o cantor-jogador caminhava com dificuldade. Não era para menos: deram-lhe chuteiras com números diferentes: um pé 43 e outro 39. "Já querem me boicotar", brincou. Corrigida a falha, Chico entrou em campo para mais uma partida de futebol — sua segunda paixão, depois da música. A forte chuva que caiu em Campinas na noite de 19 de outubro não intimidou os jogadores. Gramado encharcado, o tombo e o primeiro gol da partida foram do mesmo autor: do meia-direita Chico Buarque de Hollanda.

Jornal da Unicamp — Sua obra tem sido freqüentemente estudada no meio acadêmico. Aqui mesmo na Unicamp há duas teses a seu respeito. A primeira, de mestrado, resultou no livro "Desenho mágico: poesia e política em Chico Buarque". Mais recentemente a profa. Adélia Bezerra de Menezes, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), dedicou-se a estudar as figuras femininas de suas canções. Suas temáticas são cerebralmente escolhidas?

Chico Buarque — Não tenho grandes explicações para a escolha dos temas de minhas músicas. Muitas vezes são motivos aleatórios e ignorados por mim mesmo. Agora, o que posso dizer, no caso da mulher, é que ela está presente talvez em quase metade de minhas músicas. São músicas feitas para teatro, cinema, onde sou obrigado, por ofício, a me expressar através da boca de personagens femininos. O que não sei explicar é porque, nas minhas peças, normalmente as mulheres são mais importantes que os homens. Talvez porque elas tenham mais a dizer que os homens. Fazer música para mulher cantar é uma tradição antiga da música brasileira. Lembro que a primeira música que fiz foi de encomenda para a Nara Leão. Chamava-se "Com açúcar e com afeto".

JU — Esse espaço que você confere à mulher traduz sua visão política pessoal sobre o papel social reservado às mulheres em geral?

Chico — Nesses vinte e poucos anos que venho fazendo música a mulher cresceu muito. Através dos movimentos feministas ou em paralelo a eles a mulher começou a ter voz ativa na sociedade. Tenho a impressão de que a mulher de minha música acompanhou esse processo. Seguiu esse movimento. Na música "Com açúcar e com afeto" era o momento da mulher submissa dos anos 60. Já as mulheres dos anos 70 eram mais independentes, mais livres, mais arrojadas. São as mulheres da peça "Calabar"; as mulheres de "Olhos nos Olhos". Em as "Mulheres de Atenas" (as pessoas às vezes dizem: "Puxa, mais que coisa!"), que é interpretada como uma canção machista, eu imaginei que fosse bastante claro que o "mirem-se no exemplo" pudesse significar exatamente o contrário: "Não se mirem no exemplo".

JU — Como surgiu a música "Geni"?

Chico — Surgiu com a "Ópera do Malandro". Essa música tem duas matrizes: canção de Brecht que fala de piratas e um conto de Guy Maupassant. É a historinha da Geni dos piratas. Era uma mulher que trabalhava num bar e que vivia sonhando com a chegada de um navio pirata que ia tirá-la do lugar. Ela sonhava ser a escolhida entre todas as mulheres da cidade. Já o conto de Maupassant conta a história de uma prostituta que, durante a ocupação alemã, tinha um general que queria dormir com ela. Mas ela, além de prostituta, era também patriota e disse para o general que com ele não ia. A cena se passa numa determinada estação ferroviária onde o general proíbe o trem de partir enquanto ela não descer. Então o pessoal humilha e esnoba a Geni, chegando mesmo a suplicar para ela ir com o general e deixar o trem partir.

JU — Por que você ficou afastado do palco durante treze anos?

Chico — É, há treze anos eu não fazia shows profissionalmente. Quando parei estava muito cansado. Estava exausto, esgotado. Tinham sido onze anos seguidos de shows. Resolvi então dar um tempo para descansar, viajar, fazer outras coisas, realizar projetos que estavam pendentes e emperrados por causa dessa vida de cantor. Não é fácil andar para cima e para baixo, de hotel em hotel, de avião em avião.

JU — Você não sentia falta do contato direto com o seu público?

Chico — No começo eu sentia. Tinha sonhos, pesadelos constantes. Sonhava com shows em que eu estava no meio do palco e não sabia o que fazer. Estava sem violão, sem microfone, desamparado. Eram pesadelos brabos. Depois foi passando a fase dos pesadelos e comecei a sentir vontade de voltar. Aí fiquei com medo da volta. Minha experiência nos palcos tinha ficado muito remota. Dava insegurança. "Será que ainda sou capaz?", eu me perguntava.

JU — Hoje (20 de novembro) faz 20 anos que sua música "Sabiá", feita com Tom Jobim, foi vaiada no Maracanãzinho. Dá para fazer uma analogia dessas duas décadas e os dias de hoje? Como você sente o público agora?

Chico — Olha, eu felizmente fui poupado da vaia. Naquela época eu estava na Itália. Recebi um telegrama desesperado do Tom que dizia: "Venha, por favor". Pensei até que fosse brincadeira. Liguei para o Brasil para saber o que realmente tinha acontecido. Tom então contou que a música tinha sido vaiada apesar de ter ganho do "Pra não dizer que não falei das flores", do Geraldo Vandré. Quando voltei já peguei a coisa mais amena. Já era a fase internacional. Peguei a rebarba da vaia. Mesmo assim o clima era bastante complicado. Era um clima de protesto geral o de 67/68. E a música do Vandré sem dúvida era mais adequada, correspondia ao clima político da época.

JU — Bem, 20 anos depois estamos com uma nova Constituição, uma Constituição que prevê o "habeas-data". Você acha que é possível resgatar hoje a memória de tantos jovens que sumiram durante aqueles tempos duros? É possível reconstruir a memória política daquela época? Como você vê essa transição política para as eleições presidenciais de 89?

Chico — O que não vejo muito, pelo menos por parte das elites brasileiras, é o interesse em reconstituir nem a história recente nem a mais remota. A história do Brasil não tem memória. Essa história de dizer que o povo não tem memória... Acho que o povo tem memória sim. Mas as elites, as classes predominantes e pensantes, têm uma tendência muito forte a passar a tal esponja em cima.

Acho positiva a existência do "habeas-data". Eu também não consigo esquecer esse período que passou. Não consigo conviver naturalmente com figuras proeminentes da época da ditadura que muitas vezes são até consideradas reservas morais da Nação. Não sei não... Às vezes até penso que estou enganado. Não quero também ficar alimentando nenhum tipo de rancor. Agora, acho perigoso ficar passando esponja no passado o tempo todo porque, se isso acontece, é aí que a história se repete mesmo...

JU — Aos 44 anos, você vai votar pela primeira vez para presidente. Como encara isso?

Chico — É, vou votar pela primeira vez. Eu e minhas filhas vamos votar juntos. Isto é, eu espero poder votar...

JU — Por quê? Receia que as eleições presidenciais de 89 não se realizem?

Chico — Eu leio os jornais. A gente está sempre temeroso. Não se tem muita segurança do caminho que a gente está pisando. Ninguém que se preocupa com a real política brasileira pode ter certeza absoluta do que vai acontecer. Nem sequer essa Constituição que está aí, novíssima, é respeitada. Os sinais de desrespeito à Constituição começaram já no dia seguinte à sua promulgação. Em todas as áreas: da econômica à cultural. Quer dizer, ditadura imperial continua servindo a uma porção de interesses econômicos. Na área cultural, fala-se em nome da preservação dos valores nacionais. Aliás, esse foi o grande pretexto para a repressão que se abateu sobre a cultura por todos esses anos.

JU — Com respeito ainda à Constituição, como você vê os avanços no capítulo da mulher, e ao mesmo tempo o desrespeito a essas conquistas?

Chico — É o que todo mundo viu. Diante da iminência da nova Constituição, tudo o que poderia ser feito para burlar a lei, o foi. E depois isso vai continuar. É nesse contexto geral que entra a situação da mulher, os direitos dos trabalhadores, a segurança do cidadão. Quem garante que nesse Brasil inteiro vai haver respeito às liberdades do cidadão? Quem garante que ele não vai ser preso em flagrante? Não acredito muito nisso. Acho a Constituição avançada em 80% de seus artigos. Mas, por outro lado, a sociedade brasileira está muito atrasada. Predominam valores inteiramente arcaicos.

JU — Sua filha Sílvia está vivendo um personagem na novela "Bebê a bordo", da Globo, onde se apresenta como uma estudante idealista, uma militante política. Você que viveu essa época em 68, como lhe parece o papel dela? Representa de fato o estudante de 68?

Chico — O que se passa principalmente é a idéia da garota da Zona Sul do Rio de Janeiro. Essa deve ser um pouco a imagem dos jovens de classe média do Brasil inteiro. O papel de Sílvia é estereotipado. É uma caricatura da ativista política, coisa que todos nós fomos um dia. Hoje há uma descrença total em relação à política. Há uma falta de perspectiva muito grande. Na verdade, não há uma diferença essencial entre os jovens que estão aí e os de 68, que se engajaram inclusive em luta armada. Não estou aqui fazendo apologia da luta armada, que deu no que deu. Não sei também se é mais edificante essa total descrença. O Brasil não mudou tanto assim. Basicamente o que levou os jovens de 68 à luta política, armada ou não, são os mesmos motivos que ainda existem hoje.

JU — Diante desse quadro, qual a sua expectativa do Brasil de hoje?

Chico — Não quero ser pessimista. Estou um pouco abalado. Todo mundo está. Normalmente sou otimista. Vamos ver agora se há alguma esperança com as eleições diretas. Vamos ver se muda alguma coisa. Mas a curto prazo não sou nem um pouco otimista e nem o posso ser.

JU — Você tem algum plano imediato de voltar a escrever para teatro? Desde o início dos anos 80 que você está parado, não é?

Chico — É. Eu também estou me cobrando essa volta ao teatro. Desde então tenho feito cinema. Escrevi dois roteiros para cinema. Mas estou agora mesmo produzindo músicas para teatro. São músicas para o Naum Alves de Souza. Tenho umas dez canções encomendadas para esse trabalho. Estou começando a escrevê-las agora. É uma peça que a Fernanda Montenegro vai protagonizar e que leva o nome de "Suburbano Coração".

JU — Que temática te agradaria levar ao palco no momento?

Chico — Ainda não faço idéia. Quando terminar esse trabalho para o Naum, terei disponibilidade para sentar e escrever. Se não conseguir fazê-lo é porque não veio uma boa trama.

JU — Como você vê seu retorno ao palco universitário, aqui na Unicamp?

Chico — Sempre tive muito contato com o ambiente universitário. Esse contato continua existindo. Fazer isso na Unicamp é ainda mais significativo para mim, porque, como sabem, o acervo pessoal de meu pai está aqui.

JU — O movimento estudantil teria perdido a força dos anos 60 por se ter elitizado?

Chico — A grande mudança na universidade de 20 anos para cá acho que foi a dispersão do meio universitário, a criação, em diferentes pontos, de uma série de faculdades isoladas e outras instituições particulares de qualidade duvidosa. Agora, com respeito a esse desânimo da juventude, não sei definir bem se está ligado ao ensino ou não. Aliás, é bom lembrar que nos anos 60 a participação política dos estudantes não era só de universitários. Os estudantes secundaristas eram também muito ativos politicamente. Eram muito vibrantes. O problema é que estamos passando por um momento muito grave de apatia. A campanha das diretas provocou um grande desgaste. Todos nós tínhamos uma esperança de mudança, de fim do regime militar. Mas não mudou quase nada. A impunidade dos torturadores, dos corruptos, continua.

JU — Você já tem candidato para presidente?

Chico — Não. Não tenho e nem posso ter por enquanto. Não sei como é que vai ficar o quadro sucessório dos candidatos. (G.C. e A.C.)

Foto: Nerivelton Araújo

Tenso antes do show, mas muito à vontade no futebol entre amigos.